

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Isabela Alves Leite

QUANDO TEM LUTA, TEM VITÓRIA:
Trajetória de luta pela cidadania e direito à moradia pela AHI em Minas Gerais

IPATINGA
2014

Isabela Alves Leite

QUANDO TEM LUTA, TEM VITÓRIA:
Trajetória de luta pela cidadania e direito à moradia pela AHI em Minas Gerais

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Leonardo Avritzer

Co-Orientador: Leonardo Barros

IPATINGA
2014



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Departamento de Ciência Política
Centro de Referência em Ciências Humanas - Sala 305 - Anexo
Av. Antônio Carlos 6627 Pampulha - Campus Pampulha.
Belo Horizonte/MG - CEP 31270-901
E-mail: adm_edist@fafich.ufmg.br TEL: (031) - 3409-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 6 (seis) dias do mês de novembro de 2014 (dois mil e quatorze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada **“QUANDO TEM LUTA, TEM VITÓRIA: TRAJETÓRIA DE LUTÀ PELA CIDADANIA E DIREITO À MORADIA PELA AHI EM MINAS GERAIS”** elaborada por **Isabela Alves Leite**.

A Comissão, composta pelos professores Flávia de Paula Duque Brasil e Leonardo Barros Soares, após apresentação da monografia, deliberou pela sua **aprovação**, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 6 de novembro de 2014.

Flávia de Paula Duque Brasil

Flávia de Paula Duque Brasil (FJP)

Leonardo Barros Soares

Leonardo Barros Soares (UFMG)

*A meus pais e minha irmã, pelo incentivo
e carinho.*

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer. É momento de refletir sobre o caminho percorrido até aqui e perceber que mais esta vitória, tão importante em minha vida, só foi alcançada graças à colaboração, direta ou indireta, de muitos.

Muitas vezes imaginei que não conseguiria, confesso, muitas vezes desanimei, esmoreci... mas a conclusão do Curso de Especialização me remete à certeza de que desafios existem para serem enfrentados e vencidos, e de que para vencê-los poderei contar com pessoas, amigos, familiares, enfim, sempre haverá alguém a quem dizer: muito obrigada.

Por isso, agradeço a Deus, pelo grande Dom da Vida. Por renovar em mim a força, a decisão, a coragem e o compromisso, e também por providenciar tudo quanto precisei para concluir mais esta importante etapa em minha vida.

Agradeço também aos associados, funcionários e colaboradores da Associação Habitacional de Ipatinga pela confiança e apoio a mim prestados. A todos que colaboraram e participaram desta pesquisa, meu carinho, respeito e admiração.

A todos os professores do curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, agradeço pela atenção, dedicação e por compartilharem conosco o saber.

Aos professores Leonardo Avritzer e Leonardo Barros, respectivamente orientador e co-orientador neste trabalho, fico imensamente grata pela paciência e imensa colaboração.

À minha família, que me ensinou que o amor pode superar dificuldades, agradeço, agradeço por acreditarem em mim mesmo quando eu mesma pensei que não fosse capaz.

Em especial, agradeço à minha irmã, Daniela Alves, a melhor Amiga que eu poderia ter. Companheira nas adversidades. Conselheira nas dúvidas e sempre presente.

Não é a aparência, nem a raça, tampouco a inteligência – ou a falta dela, muito menos o que possuímos ou não, o que faz com sejamos respeitados. O que realmente faz a diferença positiva é a forma como agimos e vivemos.

(Mirna Cavalcanti de Albuquerque Pinto da Cunha).

RESUMO

Apesar de ser um direito constitucionalmente garantido e apesar da necessidade comum a todos os cidadãos de ter uma moradia digna, a atual realidade do Brasil reflete um déficit habitacional superior a sete milhões. Esse déficit se agravou principalmente a partir da evolução do processo de industrialização e da falta de incentivo à agricultura, resultando na aglomeração dos centros urbanos. Frente aos diversos problemas sociais remanescentes, entre os quais está a falta de moradia, o movimento habitacional constituído pelos “sem-casa” ganhou força no final da década de 1980, tendo como bandeira de luta a construção da casa própria em regime de mutirão e a criação de um conselho gestor como forma de acesso a cidades mais justas e autossustentáveis. Em Minas Gerais, as primeiras construções em regime de mutirão por autogestão ocorreram em Ipatinga, movimento que deu origem à Associação Habitacional de Ipatinga. Esta, por sua vez, em dezesseis anos de existência, realizou na cidade seis mutirões habitacionais e o sétimo encontra-se em andamento. A entidade possui um cadastro de cerca de três mil famílias que não têm casa própria. Nos mutirões habitados, no mutirão em andamento e nos grupos de espera da entidade (núcleos), observamos expectativas, sentimentos, idealizações, histórias que traduzem a trajetória de lutas e conquistas do movimento habitacional de Ipatinga - Minas Gerais.

Palavras-chaves: Movimentos sociais, luta habitacional, casa própria, mutirão, autogestão, democracia.

ABSTRACT

Despite of it be a right constitutionally guaranteed, and of the common need to all of the citizens of have a worthy dwelling, to present reality of Brazil reflects a housing deficit over seven millions. Deficit this aggravated mainly from the evolution of the trial of industrialization and the absence of incentive to the agriculture, resulting in the collection of the urban centers. Facing the diverse remaining social problems, among the which for lack of dwelling, the housing movement constituted by the "without home", earned force in the end of the decade of 80, having like flag of fight the construction of home own in regime of joint effort and the creation of an administrative advice as forms of access the self-sustainable and fairest cities. In General Mines, the first constructions in regime of joint effort by self-management occurred in Ipatinga, movement that gave rise to the Housing Association Ipatinga. This in turn, in sixteen years of existence, held in the city housing six task forces, and is the seventh in progress. The organization has a database of about three thousand families who have no home. The inhabited task forces, the joint effort underway and expects the entity groups (nuclei), we observe expectations, feelings, idealizations, stories that reflect the history of the struggles and achievements of the housing movement of Minas Gerais-Ipatinga.

Key-Words: Social movements, fighting housing, home ownership, joint effort, self-management, democracy.

LISTA DE FIGURAS

TABELA 1: Participantes do grupo de espera (núcleo do bairro Bom Jardim).....	41
TABELA 2: Beneficiários do mutirão em construção (bairro Bom Jardim III)	42
TABELA 3: Moradores do mutirão 1º de Maio (bairro Bom Jardim).....	43
GRÁFICO 1: Perfil dos entrevistados dos três grupos - por gênero e renda	44
GRÁFICO 2: Perfil dos entrevistados de acordo com a idade	45
GRÁFICO 3: Perfil dos entrevistados de acordo com o nível de escolaridade	46
GRÁFICO 4: Perfil dos entrevistados de acordo com o estado civil	47
GRÁFICO 5: Perfil dos entrevistados de acordo com o tempo de movimento.....	47
GRÁFICO 6: Núcleos de sentido mais frequentes associados à posse da casa própria.....	48
GRÁFICO 7: Núcleos de sentido mais frequentes associados à não posse da casa própria.....	49
GRÁFICO 8: Realização de direitos relacionada pelos entrevistados à posse da casa própria.....	50
GRÁFICO 9: Tipo de recrutamento para o movimento	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA	15
2.1 Os movimentos de luta por moradia	22
2.2 A Associação Habitacional de Ipatinga	29
2.2.1 <i>Grupos de espera pela moradia: Núcleos da AHI</i>	31
2.2.2 <i>Os mutirões implantados na cidade de Ipatinga – MG</i>	32
2.2.3 <i>Casa: significados e representações</i>	33
2.2.4 <i>A casa como meio de acesso à cidade</i>	35
3 METODOLOGIA	38
3.1 Tipo de pesquisa	38
3.2 Local de realização da pesquisa e público participante	38
3.3 Procedimento	40
4 RESULTADO E DISCUSSÃO	41
4.1 Apresentação dos dados obtidos	41
4.1.1 <i>Estudo realizado no grupo de espera (núcleo) da AHI</i>	41
4.1.2 <i>Estudo realizado no mutirão Bom Jardim III (em andamento)</i>	42
4.1.3 <i>Estudo realizado no mutirão 1º de Maio (pós-morar)</i>	43
4.2 Discussão dos resultados obtidos a partir do perfil socioeconômico e cultural dos entrevistados	51
5 CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	55
GLOSSÁRIO	58

1 INTRODUÇÃO

O movimento por moradia popular de Ipatinga, Minas Gerais, conhecido como AHI – Associação Habitacional de Ipatinga —, iniciou sua luta pela moradia popular no município de Ipatinga, cidade polo da Região Metropolitana do Vale do Aço, em 1989. Nesse ano, o movimento dos “sem casas” fizeram ocupações em áreas sem edificações, tendo o apoio de lideranças da pastoral da juventude e das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base) da Igreja Católica, de sindicatos e de lideranças comunitárias do Bairro Bom Jardim¹, local onde iniciaram as ocupações.

Em 21 de outubro de 1990, a AHI foi fundada, iniciando a organização dos sem-casa do município na luta pela moradia popular e pela construção de novos mutirões habitacionais em regime de mutirão, seguindo o exemplo do Nova Conquista.²

A princípio as “reuniões das casas”, como são conhecidas na cidade, eram na Igreja Católica São Geraldo,³ primeira igreja católica do bairro Bom Jardim. Desde criança, por ser vizinha daquela comunidade pastoral, acompanhei o movimento das famílias que se reuniam com um único objetivo: o de ter uma casa própria.

Desde então, a história do movimento habitacional, sua ideologia, organização e atuação no município de Ipatinga - MG despertaram minha atenção, principalmente por sua força e organização que fizeram com que, após a entrega do primeiro mutirão habitacional, o movimento empreendesse a produção de novas unidades habitacionais, iniciando em 1992 os mutirões Novo Jardim⁴ e São Francisco, simultaneamente.⁵

¹ O bairro Bom Jardim é um dos primeiros bairros do município de Ipatinga - MG. É também um dos mais populosos, com 19.464 habitantes, segundo dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O bairro abrigou o primeiro mutirão habitacional por autogestão da cidade, promovido pelo movimento por moradia (AHI): o Mutirão Nova Conquista.

² Primeiro mutirão habitacional do município de Ipatinga - MG. Teve início em 1989, antes da fundação da AHI. Na área doada pelo município foram construídas 102 casas. Também foi construída uma creche, que tem o mesmo nome do mutirão – Nova Conquista —, e que mantém seu funcionamento nos dias atuais.

³ A comunidade São Geraldo (primeira igreja católica do bairro Bom Jardim) celebrou, em 2012, o jubileu de ouro. As reuniões do núcleo habitacional do bairro Bom Jardim tiveram início em 1991. As famílias organizadas pela AHI reuniam-se uma vez ao mês no salão da pastoral.

⁴ O mutirão habitacional Novo Jardim teve início em 1992 na região central do bairro Bom Jardim, próximo ao mutirão Nova Conquista. Foram construídas 105 casas em regime de autogestão.

⁵ O mutirão São Francisco teve início em 1992 e foi construído na parte alta do bairro Bethânia, em Ipatinga - MG. Parte das famílias selecionadas encontravam-se em situação de rua. Na área doada pelo município foram construídas 85 casas em regime de autogestão. As obras de construção do mutirão São Francisco ocorreram paralelas às do mutirão Nova Jardim.

Em 2010, a entidade tinha sete mutirões habitacionais concluídos na cidade. Em 2013, iniciou a construção de dois novos mutirões. A AHI é uma entidade que representa a luta pela moradia popular no município⁶ e é filiada aos movimentos por moradia popular do estado de Minas Gerais⁷ e a movimentos nacionais.⁸

A luta dos movimentos sociais, sobretudo do movimento por moradia, sempre despertou meu interesse. Através de sua organização e atuação, além de reivindicar o direito à moradia, o movimento apresentou aos governantes propostas inovadoras que foram amplamente debatidas e estudadas, e que contribuíram para a criação de um ministério a partir das reivindicações populares: o Ministério das Cidades. Também contribuíram para a formação de um conselho democraticamente organizado e com grande participação dos movimentos por moradia: O Conselho Nacional das Cidades. Essas são conquistas que, desde o início da década de 1980, estavam incluídas nas bandeiras de luta do movimento.

Em 2006, recebi o convite para coordenar a equipe social do PCS - Programa Crédito Solidário⁹ - no município de Ipatinga e, em 2013, o convite para coordenar a equipe social do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, empreendimento Bom Jardim III, no Bairro Bom Jardim, na cidade de Ipatinga - MG. O programa está em andamento através de uma parceria entre a Associação Habitacional de Ipatinga e os governos federal e municipal.

Este trabalho possibilitou-me um contato ainda mais direto com o movimento habitacional: sua história, seu público (os sem-casa), sua filosofia e principalmente, suas expectativas, seus sentimentos e representações socialmente compartilhadas quanto à casa própria. Essas representações e o movimento e que reúnem homens e mulheres de todas as idades em torno do trabalho de construção de suas moradias.

Atualmente, as atividades com as trezentas famílias selecionadas acontecem através do desenvolvimento de um PTTS – Projeto de Trabalho Técnico Social. Esse sistema é diferente dos primeiros mutirões implantados pela entidade a partir de 1989, em que havia um sistema de ajuda mútua no qual cada um construía uma

⁶ Segundo informação da direção nacional dos movimentos por moradia popular. Não há outra associação constituída com a finalidade da luta pela moradia em Ipatinga-MG.

⁷ Refere-se à UEMP-MG (União por Moradia do Estado de Minas Gerais) e à CMP-Minas (Central de Movimentos Populares de Minas Gerais).

⁸ Refere se à UNMP-MG (União Nacional por Moradia Popular) e CMP (Central de Movimentos Populares).

⁹ Iniciado em 2006, foi concluído em 2010. Foram construídos 304 apartamentos.

casa sem saber se ela seria sua, de seu vizinho ou mesmo de um desconhecido, colaborando da melhor forma para a criação de uma "comunidade mutirante", como é assim conhecida dentro do movimento a comunidade constituída a partir do mutirão habitacional.

Segundo Abiko (1996), esse sistema de ajuda mútua, ou seja, o mutirão, pode ser desenvolvido com autogestão dos recursos públicos, na qual a entidade recebe os recursos do governo e dos órgãos financiadores e, juntamente com seus associados, decide democraticamente, em assembleia geral, como estes serão aplicados.

No caso de Ipatinga, a entidade gestora é a AHI que, como representação do movimento de luta em prol da moradia popular, promoveu a construção de seis mutirões por autogestão. O sétimo encontra-se em andamento.

Para este trabalho, consideraremos o fato de que a entidade possui associados distribuídos em três contextos situacionais: os associados que participam das reuniões nos núcleos, que chamaremos aqui de "grupos de espera", pois se trata daqueles que aguardam a seleção para participar do mutirão de construção da casa própria. Há também aqueles associados que foram selecionados para o empreendimento Bom Jardim III, cujas obras estão em andamento –, que estão participando assiduamente das atividades do PTTS e cujas famílias estão mobilizadas. Há ainda aqueles que, apesar de já terem sido contemplados em algum dos seis mutirões anteriores e, portanto, já possuem casa própria, permanecem associados à entidade.

O objetivo desse estudo foi de investigar a representação social da casa própria dentro do movimento habitacional de Ipatinga (AHI) considerando esses três contextos que abrangem desde o processo de idealização da construção da casa (entrada no movimento através do grupo de espera), passando pelo processo de construção (mutirão em andamento) até a concretização da mesma (pós-morar).

A justificativa para o desenvolvimento deste trabalho, considerando o âmbito de estudo das ciências sociais e as relações entre democracia e movimentos sociais, dá-se por entendermos que o presente trabalho agregará novas contribuições tanto ao estudo das representações sociais quanto a uma maior compreensão do movimento habitacional, sua história, suas lutas e conquistas, ao menos no que tange o município de Ipatinga, Minas Gerais – campo da pesquisa em questão.

Para melhor compreensão do presente trabalho, no primeiro capítulo faremos um breve histórico da emergência dos movimentos habitacionais no país, trazendo, oportunamente, o foco para o movimento habitacional na cidade de Ipatinga - MG. Posteriormente, trataremos da democracia e do processo de democratização, abordando as contribuições dos movimentos sociais nesses eventos.

Trataremos ainda dos diferentes significados atribuídos à casa, considerando contextos sociais e temporais; e da casa como meio de acesso à cidade, assunto presente nos debates promovidos em fóruns, conferências e encontros habitacionais realizados em todo o país.

Falaremos também sobre o processo de construção da casa própria em regime de mutirão por autogestão na cidade de Ipatinga e, no quarto capítulo, veremos as contribuições da teoria das representações sociais em pesquisas de psicologia social. Deve-se ter em consideração que, para a realização deste estudo, procuraremos conhecer a história da entidade, sua origem e atuação na cidade de Ipatinga, através de entrevistas realizadas com associados e observação participante nos três contextos situacionais. Os resultados serão discutidos e apresentados neste trabalho.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA

O amplo campo investigativo das ciências políticas e sociais descortina-se para o saber como um leque de infinitas possibilidades empíricas e mensuráveis, pois reúne no mesmo arcabouço o subjetivo e o objetivo, o individual e o social, a história e a contemporaneidade, a construção científica e o senso comum.

Considerando os muitos temas de investigação e as práticas empíricas que ocupam lugar de destaque no cerne das discussões teóricas e acadêmicas em importantes temáticas, incluindo a emergência dos movimentos sociais, suas formas de organização e a atuação de seus atores sociais nos processos empreendidos na luta por maior soberania e ampliação da cidadania, este campo tem se mostrado profícuo.

Contemplando os capítulos da histórica política, recorreremos a Avritzer (2007) a fim de verificarmos que a democracia foi consolidada como principal forma de governo na década de 1940 no Brasil, assim como em outros países atingidos pelas ondas de democratização.

Miguel (2003) nos ensina que o cientista político norte-americano Samuel Huntington chamou de “ondas de democratização” os processos de disseminação do regime democrático e de ruptura dos modelos governamentais autoritários que atingiram alguns países de todos os continentes a partir da década de 1920, principalmente nos períodos pós-guerra. O Brasil, a exemplo de outros países atingidos por influências do pensamento democrático, enfrentou dificuldades políticas e econômicas na consolidação da democracia como forma de governo.

Quanto à nossa primeira experiência democrática consolidada no período que vai de 1946 a 1964 e rompida pela Ditadura Militar, Anastasia (2013) avalia que os arranjos políticos constitucionalizados previam a concentração do poder nas instâncias representativas e restringiam a prática soberana e democrática a alguns atores sociais.

Santos e Avritzer (2003) definem essa forma democrática praticada de maneira restrita, elitista e hegemônica no Brasil como uma “democracia de baixa intensidade” porque ela assume um modelo hegemônico e meramente representativo. Nesse sentido, a institucionalização da democracia contribuiria para limitar a participação da sociedade civil a momentos programados e, ainda, para a manutenção do poder nas mãos de grupos políticos elitistas.

Santos e Avritzer (2003) afirmam, entretanto, que, ao reunir interesses particulares desses vários grupos políticos, essa forma de democracia (de baixa intensidade) tornou-se pluralista e passível de conflitos internos entre as elites políticas. Esses conflitos, associados ao fortalecimento do processo de globalização e aos avanços dos meios de comunicação social, contribuíram para o início da decadência do modelo de democracia de baixa intensidade em meados da década de 1960.¹⁰

Avritzer (2013) nos ensina que, nesse momento de derrocada do modelo hegemônico da democracia, cujas esferas políticas eram acessadas apenas pelas entidades representantes, com mais acesso à informação, o cidadão passa a questionar mais e, conseqüentemente, a ampliar sua consciência crítica quanto ao sistema político. Com importante papel, os veículos de comunicação trazem, nesse período, importantes contribuições em termos de ampliação do conhecimento e da cultura das massas.

Nesse processo de crise da representação, no qual os representados passam a buscar, cada vez mais, participar de atividades antes exercidas apenas por seus representantes, novos movimentos sociais e populares emergem a partir da organização de atores que buscam, além do direito ao voto, o direito à cidadania e democracia plenas; o direito a ter voto, mas também a ter voz para expressar, para aqueles que foram eleitos seus representantes, seus reais anseios e opiniões.¹¹

Nessa busca crescente por maior autonomia e por mais participação nas decisões inerentes apenas às instituições representativas, em um primeiro momento

¹⁰ Em *Introdução: para ampliar o cânone democrático*, Santos e Avritzer (2003) acrescentam grandes contribuições às discussões acerca do contexto histórico, político, social e conceitual da democracia. De forma inovadora quanto à identificação dos níveis de democracia dentro dos processos democratizados, os autores introduzem no cerne dos debates contemporâneos os conceitos de “Democracia de baixa intensidade” para melhor explicar esse modelo hegemônico que restringe a participação do povo no controle das estruturas administrativas do Estado, configurando o sistema democrático de forma meramente representativo por limitar tal participação a momentos programados e institucionalizados; e “Democracia de alta intensidade”, contrapondo de forma crítica as concepções liberais hegemônicas, define uma forma desejável de democracia que possibilite o exercício compartilhado do poder através da participação ampliada dos atores sociais, de diversas identidades e pertencimentos, no processo de tomada de decisões.

¹¹ Avritzer descreve a crise de representação como um processo que se consolida paralelo à ampliação da participação nas democracias, na qual os representados tornam-se cidadãos céticos. Ou seja, as pessoas aceitam a democracia, mas não aceitam todas as decisões tomadas pelo governo democrático. Os cidadãos se acham no direito de questionar as decisões.

da democracia, os movimentos remanescentes e emergentes intensificaram suas ações com atos cívicos que entraram para a história política do país.¹²

Essas ações contribuíram para redesenhar as possibilidades de gestão da política governamental no Brasil, transformando o “sentido vertical” das ações de poder, em que o povo elegia seus representantes e ficava passivo à espera de políticas que viessem ao encontro das demandas sociais dos diferentes seguimentos representativos, em um “sentido horizontal”, em que o povo, além de eleger seus representantes, desempenha um papel ativo, exercendo o controle social em espaços participativos destinados à discussão, proposição e deliberação de aspectos econômicos, culturais, e étnicos, entre outros, que caracterizam noções de pertencimento e identificação próprios do processo grupal.

Esses movimentos emergentes alcançaram consideráveis avanços, muitos deles regulamentados a partir da promulgação da Constituição de 1988, tais como a igualdade de direitos, tão defendida por movimentos feministas e de gênero. Além disso, movimentos raciais, entre outros antes invisibilizados por séculos de opressão, obtiveram, através da “Constituição Cidadã”, conforme ensinam Anastasia e Avritzer (2006), espaços dentro das esferas políticas que lhes garantissem, como membros de uma república democrática, acesso aos seus próprios direitos de cidadãos.¹³

Santos e Avritzer (2007) nos mostram que, desde a primeira experiência democrática do país, os movimentos sociais contribuíram não só no processo de redemocratização, mas também no aumento dos níveis da democracia no período pós-ditadura.

Após um longo período repressor, ditatorial e de restrições à democracia ao final da década de 1980, Anastasia (2013) aponta a promulgação da Constituição de 1988 como um dos fatores que historicamente estão aparecem entre os principais marcos da consolidação da atuação democrática brasileira, junto com a emergência de novos movimentos sociais e sindicais e o fortalecimento daqueles já existentes.

¹² Como exemplo de atos cívicos que marcaram o país podemos citar, dentre outros: movimentos para discussão do feminismo, A Semana de Pesquisa sobre o Papel e Comportamento da Mulher Brasileira (1975); o movimento por Diretas Já! (1984), movimento político democrático com grande participação popular; O movimento dos Caras Pintadas (1992), movimento estudantil brasileiro que organizou um grande ato cujo objetivo principal era o Impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo.

¹³ Anastasia e Avritzer (2006) referem-se à Constituição de 1988 como a “Constituição Cidadã”, considerando a legalização e ampliação de direitos políticos e civis a todos os cidadãos.

Constitucionalmente, todos os cidadãos são iguais e têm os mesmos direitos. Verificamos, entretanto, nos ensinamentos de Anastasia e Inácio (2006), que as desigualdades na sociedade brasileira ainda são constantes e extrapolam os recursos financeiros. Há também desigualdade quanto aos recursos de tempo e espaço, quanto aos recursos que possibilitam o acesso à informação, à participação de debates políticos e comunitários, entre outros aspectos que privam grande parte da população de ter condições de traduzir suas reais necessidades e de reivindicar seus direitos garantidos por lei.¹⁴

É possível identificar, em nossos dias, várias formas participativas constituídas e outras emergentes. Entretanto, há um grande número de pessoas que entendem que a única forma de participação social ativa acontece durante o período de eleições, por meio do voto. Neste momento, o cidadão cumpre com sua “obrigação social”, ficando, muitas vezes, alheio às ações administrativas dos gestores por ele eleitos.¹⁵

Podemos perceber que, à medida que houve um aumento nos níveis de democracia, houve também uma ampliação nas formas de participação: desde o surgimento dos primeiros movimentos, que tinham caráter mais reivindicativo, até os dias atuais, em que os movimentos contemporâneos ganham, além das ruas e dos espaços físicos, outros espaços institucionalizados e regimentais, tais como conselhos, orçamentos participativos, audiências públicas e conferências, entre outras esferas de inserção social.¹⁶

Para explicar esse aumento de intensidade da democracia que permite a ampliação do espaço de organização popular para além das fronteiras das esferas políticas, Santos e Avritzer (2003) introduzem no cerne do debate democrático atual o conceito de “democracia de alta intensidade”, contrapondo-o, de forma crítica, às concepções liberais hegemônicas.

¹⁴ O PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no relatório do Projeto sobre Democracia na América Latina, descreve consideráveis níveis de pobreza e desigualdade social no Brasil. O documento pode ser acessado em: <http://www.pnud.org.br/publicacoes/democracia/index.php>.

¹⁵ Santos e Avritzer (2003), ao falarem de democracia de baixa intensidade, na qual a participação popular era restrita ao momento do voto, descrevem um comportamento eleitoral praticado de forma a minimizar a participação, reduzindo a mesma a momento institucionalmente programado.

¹⁶ Avritzer, em “Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação” (2007), nos diz que “no Brasil há mais conselheiros que vereadores e, quanto à participação no orçamento participativo, há registro da participação de quase 180 mil pessoas”. (AVRITZER, 2007, p. 443).

Essa forma desejável de democracia possibilitaria o exercício compartilhado do poder, estendendo ao povo o direito de expressar suas aspirações com liberdade e respeito às diferenças inerentes a elas, o que fortaleceria ainda mais os movimentos sociais, considerando sua pluralidade cultural, racial e de gênero, entre outros aspectos que definem a identidade de seus atores sociais.

Se, por um lado, as articulações da organização da sociedade civil fortalecem as práticas locais e possibilitam implementar políticas públicas em uma rede de atuação, por outro, a falta de capacitação dos atores sociais eleitos para a participação em conselhos, conferências e outros espaços participativos prejudica o exercício dessa nova proposta de soberania democrática. Exemplo disso são os casos em que as ações do poder econômico cooptam os movimentos sociais, principalmente nas cidades do interior, e atravessam o arranjo dos conselhos, ferindo os princípios defendidos pelos segmentos organizados.

Por isso é oportuno recorrermos a Anastasia (2013) a fim de verificarmos que, apesar dos grandes avanços nos direitos promotores da cidadania assegurados pela Constituição de 1988, precisamos percorrer caminhos para a concretização de seu exercício efetivo por parte dos cidadãos a fim de que os mesmos possam conhecê-los, defendê-los e reivindicá-los. Essa autora ressalta ainda que, para muitos cidadãos, faltam possibilidades de desenvolvimento de capacidades que lhes permitam vocalizar suas preferências e efetivamente controlar publicamente os atos e omissões dos representantes eleitos. Tais capacidades seriam pertinentemente desenvolvidas se todos os cidadãos tivessem acesso aos direitos garantidos na Constituição, entre os quais estão a educação, a informação e a participação política.

As cidades, visto que são construções coletivas, devem traduzir o conceito de democracia a partir da garantia de que todos os cidadãos possam usufruir, de forma igualitária, de todos os mecanismos que a cidade tenha a oferecer, tais como transporte, saúde, educação e mobilidade, entre outros. Ademais, devem permitir a todos os cidadãos o acesso a um conjunto de características que possibilitem o exercício igualitário da cidadania.

Embora vivamos em uma sociedade democrática, ela possui significativos padrões de desigualdades econômicas, sociais e culturais, além de quadros extremos de pobreza e altos graus heterogêneos. Esses elementos mostram como a sociedade é plural e diversificada em diversos aspectos, o que, segundo a autora,

compromete as operações das instituições democráticas e participativas no que tange à expressão de suas demandas, necessidades e expectativas, além de comprometer, também, outras manifestações de seus atores junto às instituições representativas.

Apesar de serem observadas algumas vulnerabilidades e ambiguidades no que diz respeito à participação popular, há várias teses que reforçam o fortalecimento do modelo de democracia participativa baseadas na ação dos movimentos populares que, nas últimas décadas, vêm contribuindo para uma série de transformações políticas e sociais no país.

Consolidado como gestor do sistema político nacional, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs a implementação de um projeto político baseado na afirmação da soberania popular e na autonomia democrática dos movimentos sindicais, sociais e populares que, por sua vez, buscaram na força organizativa de seus membros princípios básicos para garantir a participação nos espaços emergentes e propícios ao encaminhamento de suas lutas.

Dallari (1996) afirma que a participação popular prevista na Constituição Federal de 1988 é um princípio inerente à democracia, que garante aos indivíduos, grupos e associações, o direito não apenas à representação política, mas também à informação e à defesa de seus interesses. Possibilita-lhes, ainda, a atuação e a efetiva interferência na gestão dos bens e serviços públicos.

Percebemos ainda, na observância da atuação dos movimentos sociais no Brasil, que, apesar de eles buscarem nos espaços governamentais formas regimentais de participação e controle social, há uma preocupação quanto a estabelecer as devidas distâncias entre movimento e governo, para garantir ao primeiro certo grau de autonomia quanto à sua forma associativa e quanto às ações voltadas à defesa de suas “bandeiras” específicas de luta.

Quanto ao conceito de movimentos sociais, Scherer-Warren (2013) remete-nos, em um contexto histórico, às abordagens teóricas mais recorrentes tanto na sociologia como entre os próprios movimentos sociais, a saber: Teoria Marxista, Teoria dos Novos Movimentos Sociais, Teoria das Mobilizações de Recurso, Teoria das Redes de Movimentos e Estudos Pós-Coloniais.

Scherer-Warren (2009) considera a sociedade civil a partir de quatro níveis organizacionais: 1º - as organizações de base ou associativismo localizado – que se referem às organizações civis e comunitárias, ONGs, movimentos populares, entre

outros; 2º - as organizações de articulação e mediação política, que são compostas pelos diversos fóruns de representação da sociedade civil e demais organizações em rede que possibilitam a interlocução entre sociedade civil e Estado; 3º - as mobilizações na esfera pública – marchas, manifestos, protestos políticos, campanhas e demais formas que tenham por objetivo a visibilidade midiática de suas organizações; 4º - a rede de movimento social, que “refere-se à articulação entre vários atores ou organizações que participam dos níveis organizacionais acima” citados. (SCHERER-WARREN, 2009, p. 7).

Para a autora (2013), ao considerarmos esses quatro níveis organizacionais da sociedade civil, associando-os à construção de uma identidade e ao compartilhamento de interesses no campo da cidadania, teremos uma estrutura conceitual acerca dos movimentos sociais.

Kauchakje (2008), por sua vez, irá considerar a atuação dos movimentos sociais contemporâneos e sua articulação organizativa e em redes como contribuintes para melhorar a participação da sociedade civil nestes canais abertos à participação popular para discussões dos mais diversos temas, entre os quais estão aqueles relacionados à proteção social e às questões relativas aos direitos humanos.

Os movimentos sociais, a partir da organização de seus atores, buscam, além do direito ao voto, o direito à cidadania e à democracia plenas; o direito a ter voto, mas também a ter voz para expressar, para aqueles que foram eleitos seus representantes, seus reais anseios e opiniões. Essa busca crescente por maior autonomia das chamadas “instituições participativas” nas esferas antes acessíveis apenas às instituições políticas contribuiu para redesenhar as possibilidades de gestão da política governamental no Brasil, transformando o “sentido vertical” das ações de poder, em que o povo elegia seus representantes e ficava passivo à espera de políticas que viessem de encontro às demandas sociais dos diferentes seguimentos representativos em um “sentido horizontal”, em que o povo, além de eleger seus representantes, desempenha um papel ativo, exercendo o controle social em espaços participativos destinados à discussão, proposição e deliberação de aspectos econômicos, culturais e étnicos, entre outros que caracterizem noções de pertencimento e identificação próprios do processo grupal. O povo contribui ativamente, assim, segundo nos ensinam Santos e Avritzer (2003), para o processo de democratização do país.

Na atualidade, é possível identificar diversos canais de participação da sociedade civil organizada, assim como identificamos vários movimentos sociais emergentes. Podemos observar, ainda, sempre à luz dos ensinamentos de Scherer-Warren (2009), articulações das redes de movimentos para debater temas transversais que se levantam frente às exclusões sociais, na defesa dos direitos (novos e antigos), que perpassam os diversos aspectos: sociais, econômicos, ambientais e culturais, entre outros, inerentes aos direitos dos direitos humanos.

2.1 Os movimentos de luta por moradia

Como outros movimentos sociais do Brasil, o movimento nacional por moradia popular surgiu no final da década de 1970 visando a criação de políticas públicas que apresentassem alternativas que estabelecessem um projeto voltado para a melhoria da distribuição da renda e da diminuição das desigualdades sociais e, além disso, agregassem novos recursos a serem destinados para resolver o problema da falta de moradias.

Segundo Cunha (2007), o déficit habitacional no país, superior a sete milhões de unidades habitacionais, agravou-se ainda mais com a industrialização e o êxodo rural. Nos últimos 60 anos, cerca de 100 milhões de pessoas deixaram a vida no campo, vindo se estabelecer nas cidades, aumentando em cerca de 80% a população dos centros urbanos e gerando a constante e crescente necessidade de espaço, que passou a ser “disputado” por milhões de pessoas em busca de onde e como morar.

Neste cenário, na década de 1980, surge a UNMP - União Nacional por Moradia Popular - que, após a promoção de inúmeras mobilizações e ocupações de terra na cidade de São Paulo, conforme nos ensina Conti (1999), foi buscar no Uruguai a experiência do mutirão por autogestão como prática para a solução do problema habitacional.¹⁷

As lideranças do movimento por moradia, a partir da experiência autogestionária no país vizinho - o Uruguai -, encontraram uma forma de organização eficaz e de ampla participação, visto que a destinação dos recursos, a

¹⁷ A UNMP - União Nacional por Moradia Popular, fundada em 1989, consolidou-se a partir da campanha nacional para coletas de mais de 1 milhão de assinaturas para o primeiro projeto de lei de iniciativa popular que criou o Sistema Nacional, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular (Conselho das Cidades) – a Lei 11.124/05.

forma de construção e os materiais usados, tudo era discutido em assembleia geral, na qual as famílias tinham direito a voz e voto, tomando decisões de forma democrática.

Essa forma organizativa, chamada “mutirão habitacional é uma evolução da modalidade de construção, justificada pela necessidade de resolver o problema habitacional nas sociedades capitalistas em crise.” (ABIKO,1992, p. 54)

A experiência de participação na produção das próprias moradias trazida para o Brasil, conforme nos ensina Conti (1999, p. 64), possibilitou resultados positivos, fortalecendo o movimento nacional de luta por moradia com a adesão de outros estados, dentre os quais Minas Gerais, e a criação de diversas cooperativas e associações habitacionais em todo o país, “defendendo a ideia de que a produção das casas deveria ser controlada pelos próprios moradores organizados em um processo de mutirão, com o governo atuando no sentido de garantir recursos e verbas”.

Outro fator que fortaleceu as ações organizadas do movimento nacional de luta por moradia foi a criação do Fórum Nacional da Reforma Urbana, com a participação de várias entidades de luta por moradia e por reforma urbana, entre as quais a União Nacional por Moradia Popular – UNMP, o que ampliou o debate para além do direito à moradia digna, entrando em pauta também o direito à cidade e ao uso de seus equipamentos de uso comum.¹⁸

Em 1994, as quatro entidades iniciaram uma campanha em nível nacional através da articulação de inúmeros outros movimentos de caráter local ou regional que atuam cotidianamente nas lutas por moradia, tais como: associações e cooperativas habitacionais, grupos de mulheres e comunidades quilombolas, entre outros. A campanha possibilitou a coleta de mais de um milhão de assinaturas, dando origem ao primeiro projeto de iniciativa popular do país, dispondo sobre a criação do Fundo e Conselho Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).¹⁹

¹⁸ O Fórum Nacional de Reforma Urbana consiste em um grupo criado com o objetivo de reunir movimentos populares, associações, ONGs, instituições de pesquisa e acadêmicas para debater temas como reforma urbana, moradia, transporte e mobilidade, saneamento e direito à cidade.

¹⁹ Na Campanha para levantar 1 milhão de assinaturas, os dirigentes da AHI estavam na direção da União Nacional por Moradia Popular – UNMP, entidade organizadora da campanha. A proposta de lei subscrita com mais de 1 milhão de assinaturas foi apresentada ao Congresso Nacional, segundo registro de protocolo, em 19 de novembro de 1991, sendo considerado o primeiro projeto legitimamente de iniciativa popular – Projeto de Lei 2710/92. Em 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.124/05, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

O projeto foi aprovado em 2005 no Congresso Nacional e foi sancionado pelo presidente Lula em 2006. Outras grandes conquistas para os movimentos de moradias foram a realização da primeira conferência Nacional das Cidades, em Brasília-DF, em 2003;²⁰ a eleição para o 1º Mandato do Conselho Nacional das Cidades, com posse em 2004;²¹ e a aprovação do Estatuto das Cidades em 2001.²²

O crescimento das entidades locais vinculadas a organizações e movimentos nacionais ampliaram as reivindicações e estabeleceram a busca por espaços de representação próprios, fortalecendo a democracia e a implantação de um novo modelo político pautado no poder popular.

Esse poder, considerando o histórico processo de democratização no Brasil e as ações dos diversos movimentos sociais na busca por modelos organizacionais que constituíssem espaços para a participação popular, teve sua força participativa ampliada a partir da eleição de um governo de esquerda.

A respeito disso, recorreremos ao ensinamento de Avritzer (2007) a fim de verificarmos que no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo PT – Partido dos Trabalhadores –, vários canais de participação da sociedade civil se abriram no Brasil. Na atualidade, o autor ressalta que o Brasil, entre os países que tem a democracia como forma de governo, se destaca por sua ampla estrutura de participação popular, da qual fazem parte os Orçamentos Participativos, audiências públicas, conselhos e conferências, entre outros .

²⁰ A I Conferência Nacional das Cidades foi realizada em Brasília, em outubro de 2003, no mesmo ano da Criação do Ministério das Cidades (janeiro de 2013), e tem como objetivo combater as desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte. A I Conferência das Cidades reuniu 2,5 mil delegados dos 27 estados.

²¹ Dentre os principais pontos de pauta da I Conferência Nacional das Cidades, a criação do Conselho das Cidades e a integração das Políticas Urbanas foram discutidas e aprovadas. Os conselheiros para o 1º Mandato do ConCidades foi eleito ao término da Conferência, tendo em sua composição representantes dos poderes legislativo, executivo e judiciário, de movimentos populares, entidades de classe, sindicatos, ONGs, dos segmentos empresarial, acadêmico e de pesquisa, dentre outros.

²² Estatuto das Cidades é a denominação oficial da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo "Política Urbana" da Constituição Federal, detalhando e desenvolvendo os artigos 182 e 183. Os movimentos populares tiveram participação na elaboração do texto base que contempla reivindicações populares históricas voltadas ao enfrentamento dos problemas urbanos, tais como a segregação do espaço e as desigualdades sociais.

Com a criação desses novos espaços institucionalizados e permanentes de participação e controle social, o conceito de gestão democrática passa a ser um dos principais pontos mais relevantes nas pautas de reivindicações dos movimentos populares nos três níveis de governo – municipal, estadual e nacional –, possibilitando a participação efetiva dos movimentos na criação de políticas públicas.

Percebemos assim que o envolvimento da sociedade civil nas políticas sociais aumentou de forma considerável em todos os setores, bem como que se ampliaram as formas de representação, sobretudo através da participação nos diversos conselhos, conforme verificamos através dos ensinamentos de Avritzer (2007), que nos diz que “no Brasil há mais conselheiros que vereadores e, quanto à participação no orçamento participativo, há registro da participação de quase 180 mil pessoas”. (AVRITZER, 2007, p. 443).

Para Avritzer (2012), “as conferências nacionais se firmaram nos últimos anos como a principal via de participação da sociedade civil a nível federal”. É notório o fato de que, a partir do governo Lula, novos canais de participação popular se abriram e outros já existentes, como as conferências, foram ampliados. Contudo, o autor chama a atenção para o fato de que, embora haja um processo de eleição de delegados que leve às conferências nacionais representantes de diversos movimentos sociais e populares, muitos desses delegados não detêm as informações necessárias para participar de um fórum deliberativo de amplitude nacional. Apesar dos debates, votações e deliberações acerca das diretrizes estabelecidas através do regimento da conferência e dos relatórios elaborados pelos estados e municípios nas etapas estaduais e municipais, pesquisas indicam que muitos dos participantes não detêm o conhecimento de como e quando as deliberações serão implementadas. Verifica-se também certa influência do governo nas deliberações e debates feitos pelos conferencistas, o que se dá devido a afinidades políticas entre governo e sociedade civil. (AVRITZER, 2012, p. 17).

Entre as agendas de luta dos principais movimentos por moradia popular do país, as conferências nacionais são, sem dúvida, um dos principais focos de mobilização, pois, além da defesa das propostas do segmento, ao final das

conferências ocorre a eleição para o ConCidades – Conselho Nacional das Cidades.²³

Desde a criação da UNMP – União Nacional por Moradia Popular – as ações dos movimentos organizados de luta por moradia têm se construído em busca de solução para o problema habitacional e, a partir da experiência vivenciada no Uruguai, a construção por autogestão e ajuda mútua – os chamados mutirões habitacionais –, vem sendo adotados como alternativa mais eficaz na produção de moradias populares.

A palavra mutirão, conforme nos ensina Conti (1999), é utilizada desde a emergência dos atuais movimentos por moradia para designar essa forma de construção baseada na ajuda mútua e na solidariedade na qual os futuros beneficiados e moradores das casas construídas, os mutirantes, têm participação ativa no processo de construção e na gestão dos recursos públicos.

A experiência da autogestão trazida do Uruguai contribuiu assim para que os empreendimentos produzidos em autogestão a partir da década de 1980 tivessem resultados positivos. Com isso, houve um fortalecimento do movimento nacional de luta por moradia, com a adesão de outros estados, dentre os quais Minas Gerais, à UNMP, e criação de diversas cooperativas e associações habitacionais em todo o país.

A ideia de mutirão como sistema de produção das casas gerido e controlado pela entidade e pelos próprios moradores organizados fortaleceu os canais de diálogo entre lideranças dos movimentos e governo, no sentido de buscar alternativas para garantir recursos e verbas para programas habitacionais.

Em Ipatinga - MG, as primeiras construções em regime de mutirão por autogestão ocorreram no bairro Bom Jardim, no final da década de 1980, a partir da mobilização de cerca de 2000 famílias de sem-casa que se uniram na ocupação de uma área particular. Após negociações que envolveram representantes das famílias, funcionários do poder público e lideranças da Igreja Católica, ficou acertada a desapropriação de uma área de propriedade do município onde seria possível a construção de 105 casas.

²³ A primeira gestão do Conselho Nacional das Cidades foi eleita durante a primeira Conferência Nacional das Cidades, realizada em Brasília em 2003. A posse foi em 2004 tendo como presidente do conselho o primeiro ministro das cidades, Olívio Dutra.

As 105 famílias selecionadas organizaram-se, solicitando ajuda de materiais à comunidade, e construíram suas casas em um sistema de ajuda mútua, no qual todos contribuíam, da melhor maneira possível, gerenciando recursos e materiais e trabalhando em mutirão, o que deu origem ao primeiro mutirão por autogestão construído na cidade de Ipatinga: o Mutirão Nova Conquista.²⁴

A concretização do sonho da casa própria para 105 das 2000 famílias mobilizadas levou os sem-casa à formação de um movimento organizado de luta pela moradia popular no início da década de 1990, nascendo, assim, a Associação Habitacional de Ipatinga.²⁵

Com status de entidade, a Associação Habitacional de Ipatinga empreendeu simultaneamente, em 1992, a construção de dois mutirões por autogestão: o Novo Jardim, novamente no Bairro Bom Jardim, e o São Francisco, no bairro Bethânia, sendo que o último possibilitou a remoção de famílias abrigadas debaixo de pontes e viadutos.²⁶

Outra grande experiência de sucesso da AHI foi o mutirão 1º de Maio, iniciado em 1993 no bairro Bom Jardim. No projeto inicial, constava a construção de 200 unidades habitacionais de 39m² cada. Com a organização e a participação popular, ao final da obra foram entregues 201 casas com 79m², ficando provado que o mutirão por autogestão é uma alternativa barata na construção de moradia digna e de qualidade.²⁷

É importante ressaltarmos, conforme verificamos nos registros históricos da entidade (sede) e nos ensinamentos de Conti (1999), que os primeiros mutirões empreendidos pela Associação Habitacional de Ipatinga foram realizados em parceria com a Prefeitura Municipal de Ipatinga e com recursos próprios do município.

As unidades habitacionais foram produzidas com acompanhamento de equipe técnica e com utilização da mão de obra das famílias que trabalhavam nas obras em

²⁴ O histórico do nascimento da entidade consta em arquivo fotográfico e audiovisual e também é relatado verbalmente por dirigentes da entidade e moradores do mutirão Nova Conquista que auxiliaram na produção das unidades habitacionais.

²⁵ Consta, na ata de fundação da entidade, a data de fundação como 21/10/1990.

²⁶ ABIKO, A.K. (In: Gestão habitacional e mutirão. 1996), tratará o termo autogestão dentro da produção de unidades habitacionais em regime de mutirão como sendo uma modalidade na qual os futuros moradores atuam como gestores dos recursos públicos empregados no processo de obra.

²⁷ Sobre os mutirões habitacionais e o nascimento da entidade, há pequenos registros em cadernos de atas, material fotográfico e fitas VHS na sede do movimento habitacional de Ipatinga, a AHI – Associação Habitacional de Ipatinga.

períodos específicos. As horas trabalhadas eram apontadas em caderno de registro de horas por uma funcionária designada pela entidade. Ao final dos empreendimentos, as famílias que acumulavam maior número de horas dedicadas na produção das moradias tinham prioridade na escolha de suas casas no conjunto habitacional.

Ainda segundo Conti (1999), a prefeitura, administrada na época pelo PT – Partido dos Trabalhadores –, participava na indicação da equipe técnica para acompanhar as obras. A entidade enfrentou problemas de ordem financeira e de ordem política, principalmente em períodos de troca de secretariado, para concluir as obras. O trabalho em regime de mutirão e medidas adotadas pela entidade – como a implantação de fábrica de blocos e fábrica de pré-moldados no canteiro de obras – foram alternativas que contribuíram significativamente para a redução de custos.

Essa experiência da Associação Habitacional de Ipatinga na produção de moradias populares, principalmente através do Mutirão 1º de Maio, foi, segundo Conti (1999), um fator fundamental para que o BIRD – Bando Mundial – financiasse o Projeto Novo Centro, empreendido pela Prefeitura Municipal de Ipatinga como proposta de revitalização da área central da cidade, às margens do Córrego Ipanema. Essa localidade, no passado, em períodos chuvosos, registrou cenários de tragédias, com graves enchentes que ocasionaram a várias mortes e o desabrigamento de inúmeras famílias. O projeto, estimado em 29 milhões de reais, nasceu em 1993 como alternativa para solucionar o problema das enchentes na área central do município.

A parceria entre prefeitura e Associação Habitacional se deu principalmente porque os recursos não eram suficientes para a reurbanização da área e para reassentar as famílias removidas no bairro Planalto, próximo à região. Como a produção de um conjunto habitacional no bairro Planalto não estava prevista no projeto a ser financiado pelo BIRD, a Associação Habitacional apresentou a proposta de construção das moradias em regime de autogestão, ideia que agradou a prefeitura e favoreceu o convencimento de financiamento do projeto a partir da visita de um funcionário do BIRD ao mutirão 1º de Maio.

Dessa forma, em 1997, a AHI promoveu a construção de mais 300 casas no mutirão do Planalto II. O público alvo era composto por moradores das áreas de risco da antiga rua do Buraco, na região central da cidade. Com a gestão e

economia dos recursos, ao término das obras do conjunto habitacional foi possível a construção de uma escola e de uma creche.²⁸

Paralela às ações locais, a direção da entidade se mobilizava em ações da UNMP – União Nacional de luta por Moradia Popular –, entidade à qual a Associação Habitacional de Ipatinga é filiada. A entidade foi uma das organizadoras da campanha promovida pelos movimentos habitacionais do país que resultou na coleta mais de mais de um milhão de assinaturas que deu origem ao primeiro projeto de iniciativa popular do país, que dispõe sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Interesse Social (SNHI) e a criação do Fundo de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e de um conselho gestor do Fundo²⁹.

Após o empreendimento do bairro Planalto II, a Associação Habitacional de Ipatinga ficou um longo período sem gerir empreendimentos habitacionais. A partir do governo Lula, em 2004, a entidade conseguiu a parceria do governo federal na produção de unidades habitacionais no âmbito do PSH (Programa Nacional de Habitação de Interesse Social) e realizou mutirões nos bairros Bom Jardim, Bethânia e Limoeiro, na cidade de Ipatinga.³⁰

O último mutirão produzido no município tendo a Associação Habitacional como entidade organizadora foi o PCS (Programa Crédito Solidário). Esse foi um empreendimento atípico pois, pela primeira vez em sua história, a AHI geriu a produção de habitações verticais. Foram construídos 304 apartamentos em uma área nobre a 1 km do Centro da cidade.

2.2 A Associação Habitacional de Ipatinga

A Associação Habitacional de Ipatinga – AHI – foi fundada no município de Ipatinga – MG em 21 de outubro de 1990. A AHI tornou-se conhecida por ser

²⁸ Trata-se da Escola Municipal Paulo Freira e da Creche Novo Lar, construídas no bairro Parque das Águas em 1993 e incorporadas à rede municipal de ensino de Ipatinga – MG.

²⁹ O Caderno do Instituto Pólis – Guia para prefeituras municipais sobre a implementação do SNHIS e do FNHIS – apresenta o SNHIS como um “sistema nacional, descentralizado e democrático que unifica as políticas de habitação social e fomenta a produção de habitação de qualidade para população de baixa renda, através da ação conjunta dos seus diversos agentes promotores”. O mesmo caderno apresenta o FNHIS como concentrador dos recursos, gerido democraticamente por seu Conselho Gestor composto pela sociedade civil e pela administração pública vinculada ao Conselho Nacional das Cidades e Ministério das Cidades.

³⁰ O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH - objetiva oferecer acesso à moradia adequada a cidadãos de baixa renda por intermédio da concessão de subsídios. É operado com recursos do OGU – Orçamento Geral da União.

responsável pela realização de sete mutirões habitacionais em regime de autogestão dos recursos públicos.³¹

Seu quadro de associados é composto por famílias pertencentes a todas as regiões da cidade de Ipatinga. Entre as famílias associadas é possível identificar três situações distintas quanto ao acesso à casa própria:

- Famílias que foram contempladas em algum dos mutirões habitados e que, embora possuam casa própria, permanecem vinculadas à entidade. Neste trabalho, chamaremos essas famílias de “mutirantes”;³²
- Famílias que não têm casa própria e que estão na fila de espera para serem selecionadas em algum programa habitacional. Essas famílias participam dos núcleos da entidades, presentes em 12 bairros do município de Ipatinga, e aqui serão chamadas de famílias dos “grupos de espera”;³³
- Famílias selecionadas em programas que se encontram em andamento, com obras de construção das unidades habitacionais iniciadas. Chamaremos essas famílias de “beneficiárias”³⁴.

³¹ A entidade construiu sete mutirões habitacionais, sendo os cinco primeiro através de parceria com a prefeitura municipal, com recursos próprios do município. São eles: mutirão Nova Conquista (1989), mutirões São Francisco e Novo Jardim (1992), mutirão Primeiro de Maio (1993) e mutirão Planalto II (1995). A entidade promoveu, ainda, outros dois mutirões, um pelo PSH – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (2004), outro pelo PCS – Programa Crédito Solidário (2010), ambos em parceria com a prefeitura municipal, a Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades.

³² A AHI construiu sete mutirões habitacionais: Nova Conquista (1989), São Francisco e Novo Jardim (1992), Primeiro de Maio (1993), Planalto II (1995), mutirões construídos simultaneamente em vários bairros pelo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH; mutirão pelo Programa Crédito Solidário – PCS, primeira construção de unidades verticais – 304 apartamentos. Esse público refere-se às famílias que habitam esses empreendimentos.

³³ Esses grupos de espera funcionam em doze bairros da cidade. Neles, as famílias sem-casa são acolhidas e orientadas quanto ao procedimento para associarem-se à entidade. Elas participam de reuniões mensais e permanecem mobilizadas enquanto aguardam serem selecionadas.

³⁴ As famílias selecionadas, “beneficiárias”, acompanham a produção das unidades habitacionais através de acompanhamento técnico social previsto no PTTS – Projeto de Trabalho Técnico Social –, aprovado conforme as diretrizes do PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida. O PTTS deve ser acompanhado por um técnico social com formação em Psicologia, Serviço Social, Pedagogia ou Sociologia.

2.2.1 Grupos de espera pela moradia: Núcleos da AHI

A AHI possui núcleos, que são grupos formados por famílias que se encontram à espera pela moradia própria, em doze bairros da cidade de Ipatinga. Cada núcleo conta com uma equipe de coordenação composta por quatro a cinco pessoas que prestam trabalho voluntário. Alguns dos coordenadores já foram contemplados e permanecem auxiliando a entidade. Outros também aguardam ser selecionados em algum programa habitacional promovido pela entidade no município.

As reuniões acontecem uma vez a cada mês. Nelas, famílias são informadas quanto aos programas habitacionais e também participam de palestras e debates sobre temas variados.

Ao chegar ao núcleo pela primeira vez, a família é recepcionada pelo coordenador e convidada a participar de quatro reuniões mensais consecutivas para conhecer o trabalho da AHI. Após esse período, que a entidade considera como de experiência, a família é então encaminhada para a sede da AHI, localizada no Centro da cidade, para fazer o cadastro de associado.

As famílias passam, então, a frequentar o núcleo mais próximo de sua residência, na qualidade de associadas à entidade. O tempo de participação no núcleo – grupo de espera – até que a família seja selecionada em algum programa habitacional é indeterminado. É possível verificar nos núcleos famílias que esperam por três, quatro ou mesmo por mais de dez anos.³⁵

Cerca de 80% dessas famílias têm a mulher como chefe e renda familiar de até R\$ 1.600,00. Quanto à situação de moradia, varia entre famílias que moram em imóveis cedidos por familiares e amigos, famílias que moram em imóveis alugados e famílias que moram de favor com parentes.³⁶

A seleção para programas habitacionais é realizada seguindo critérios específicos da entidade como tempo de espera, frequência nas reuniões e participação e observa, ainda diretrizes exigidas no programa habitacional tais como renda familiar, situação de vulnerabilidade e regionalidade, entre outras.³⁷

³⁵ Dados detectados a partir da verificação de fichas dos associados nas quais consta, entre outras informações, a data de filiação.

³⁶ Conforme consta no levantamento técnico social para elaboração dos PTTS's – Projetos de Trabalho Técnico Social – dos empreendimentos que se encontram em andamento.

³⁷ Conforme consta no estatuto da entidade.

2.2.2 Os mutirões implantados na cidade de Ipatinga - MG

Fundada em 21 de outubro de 1990, a AHI tornou-se reconhecida como entidade filiada à União Nacional de Luta por Moradia Popular (UNMP). Organizada e reconhecida como entidade civil, contando com o apoio da população e a força da participação popular através de famílias que associaram-se na esperança de poder lutar pelo direito à moradia digna, após o sucesso do Mutirão Nova Conquista, a Associação Habitacional de Ipatinga promoveu a realização de dois mutirões simultaneamente, com a construção de unidades habitacionais no Bom Jardim e no bairro Bethânia, cujos conjuntos foram denominados Novo Jardim e São Francisco, respectivamente. As famílias beneficiadas no mutirão São Francisco possuíam renda mensal de até 1,5 salário, sendo que grande parte delas moravam debaixo de pontes e viadutos por não terem como pagar aluguel.

As obras foram iniciadas em agosto de 1991 e concluídas em dezembro de 1992 e ocorreram em regime de mutirão por autogestão, com o gerenciamento dos recursos públicos pelos próprios mutirantes, o que mostra a força da comunidade envolvida no processo de construção.

Com a força de seus associados e a experiência de três empreendimentos realizados na cidade, a AHI iniciou, no dia 1º de maio de 1993, a construção do mutirão que lhe traria o reconhecimento de entidades civis e governamentais no Brasil e no exterior: o mutirão 1º de Maio, também no bairro Bom Jardim.

Em 1997, no mutirão do Planalto II, foram construídas 300 unidades habitacionais, 40 lojas, uma escola e uma creche destinadas às famílias removidas da área de risco da região central da cidade. As obras foram iniciadas no dia 1º de novembro de 1995 e concluídas em 30 de junho de 1997. O trabalho de mutirão por autogestão foi realizado em parceria com a prefeitura de Ipatinga, o governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

Paralelo ao trabalho de construção de moradias, foi desenvolvido um trabalho social e cultural envolvendo uma equipe formada por psicólogos, pedagogos, artistas plásticos e advogados, bem como a aplicação de cursos profissionalizantes com monitores de diversas especialidades.

Em parceria com os governos municipal e estadual, no ano de 2004 foram construídas centenas de casas através do PSH (Programa Nacional de Habitação

de Interesse Social), que é uma linha de crédito direcionada a subsidiar a produção de empreendimentos habitacionais para populações de baixa renda.

Embora tenham sido construídas simultaneamente unidades habitacionais nos bairros Bom Jardim, Bethânia e Limoeiro, os conjuntos habitacionais desses bairros constituem um único mutirão do PSH na cidade de Ipatinga.

2.2.3 Casa: significados e representações

Na história da humanidade, a casa ganhou diversos nomes, formas, características; diversos significados atrelados à cultura, status, grupos sociais e valores diretamente ligados à ideia de bem-estar, proteção, abrigo, aconchego, refúgio, família, privacidade e intimidade, entre outros aspectos que, segundo Vasconcelos (2003), estabelecem a correlação entre habitação e qualidade de vida.

Na casa podem ser estabelecidas diversas formas de relações entre indivíduos. Também podem ser realizadas diversas atividades que poderão atribuir a ela diferentes significados, transformando-a em um espaço comum e, ao mesmo tempo, privado.

Para muitos, a casa é o local de recolhimento, de descanso e privacidade. Para outros, é o local de socialização com parentes e amigos. Para outros, ainda, ela pode ser um espaço dedicado ao lazer, à educação e até ao trabalho. Abiko (1995) afirma, por seu turno, que o principal sentido da casa é o de abrigo, e que nos primórdios da humanidade essa era a sua principal função.

A primeira casa, nas cavernas, garantia ao homem a segurança e a preservação da espécie. Nesse caso, o homem utilizou recursos naturais pré-estabelecidos para suprir suas demandas de proteção contra os fenômenos da natureza e contra predadores. O homem evoluiu e, com ele, sua habitação, que ganhou novas formas e matérias primas, tornando-se cada vez mais elaborada sem, contudo, perder sua função primordial, que é a de proteção e preservação da espécie.

Com a evolução dos processos psíquicos e das relações sociais, o homem abandonou a segurança da caverna – estrutura natural –, para construir uma estrutura artificial, uma residência fixa, dinamizando a casa em ambientes que lhe permitissem modificações e adequações conforme as suas necessidades e atividades ali desenvolvidas.

Para Engels (1978), a partir do “fixar residência”, a casa ganhou conotação mais afetiva e pessoal, tornando-se um lugar onde ocorre grande parte das atividades que envolvem os membros da família em relações cotidianas estabelecidas dentro e fora da casa. Tais relações ampliam a ideia de social e de particular e contribuem para a criação de novos significados socialmente compartilhados no processo de construção das moradias e no estabelecimento de limites e fronteiras que vão além da casa e criam categorias como rua, bairro e cidade, que, segundo Da Matta (1987), são fundamentais para a compreensão da sociedade.

Dessa forma, a casa ganhou, ainda, um significado atrelado à posição social que o indivíduo, seu dono, ocupa na sociedade, através de revelações tanto públicas quanto pessoais, de maneira que “ao criar uma casa as pessoas tanto descobrem e criam sua posição social quanto moldam seu mundo interior” (Caldeira, 2000, p. 264).

Tais revelações são expressas nas dimensões físicas, na estética interior e exterior, no espaço que a casa ocupa dentro da cidade. Esses detalhes são ampliados como um reflexo, “como a máscara, a aparência do sujeito” que pode remeter tanto a uma “beleza poética” que indique elevado status social, como também remeter a uma aparente fragilidade e vulnerabilidade, indicadoras de condições de precariedade, de quem ocupa posição à margem da sociedade. (VASCONCELOS, 2002, p. 154)

O não ter casa, segundo Peluso (2003), também coloca o indivíduo como componente de um grupo inferior, em uma situação de privação do status de cidadão e de limitação do acesso à cidade e a seus espaços urbanos socialmente constituídos.

A casa pode ter significados diferenciados para aqueles que a possuem em relação àqueles que não a possuem. Para aqueles que não a têm, por exemplo, ela pode significar, conforme nos ensina Santos (1999), uma necessidade básica.

Em algumas cidades brasileiras podemos observar essa necessidade estampada em moradias construídas em lugares considerados inabitáveis. Habitações “amontoadas” em regiões sem a mínima condição de saneamento e de higiene, construídas sem planejamento e em condições que muitas vezes colocam em risco a vida dos que ali habitam como é o caso das casas localizadas em beiras

de rios e córregos, sujeitas a inundações. Ou em encostas de morros, sujeitas a deslizamentos.

Apesar de saberem dos riscos que atentam quanto à própria vida, alguns moradores recusam-se a deixar sua casa, alegando não terem para onde ir, onde ficar. É como se, “sem ela (a casa) o homem se tornasse um ser disperso” (BACHELARD, 1993, p. 26).

Também dentro do movimento habitacional a casa própria pode ter diversos significados que são elaborados, construídos e compartilhados por pessoas com histórias diferentes, mas com um objetivo comum: o de ter uma casa.

Cumprir verificar os ensinamentos de Bolaffi (1977), que nos diz que a casa própria, em comparação à alimentação e ao vestuário, tem igual valor no que se refere à constituição de patrimônio e à necessidade.

2.2.4 A casa como meio de acesso à cidade

Vimos que, ao longo da história, a casa tornou-se uma forma de expressão dos indivíduos que nela habitam, de seu status, de seus valores culturais e socioeconômicos e de sua subjetividade. São criadas diversas ideologias em torno da casa própria, refletidas tanto na atmosfera particular do lar quanto na sociedade.

De acordo com o item nove do artigo 23 da Constituição Federal, o Estado (governos federal, estadual e municipal) tem o dever de promover programas de construção de moradias, bem como a melhoria das condições das casas populares e o fornecimento de saneamento básico para que todos os cidadãos tenham uma moradia digna. Cunha nos lembra que “ter moradia digna é o sonho de milhões de pessoas em todo mundo e um direito previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos” (CUNHA, 2007, p. 21).

Conforme disposto no caderno do Ministério das Cidades, encontramos a definição de moradia digna como sendo “aquela que atende às necessidades básicas de qualidade de vida, de acordo com a realidade local, contando com urbanização completa, serviços e equipamentos urbanos, diminuindo o ônus com saúde e violência e resgatando a auto-estima” (BRASIL, 2004, p. 24).

Dessa forma, mais do que o direito à moradia, todo cidadão tem também o direito à cidade no que se refere a usufruir de seus espaços, mecanismos e recursos de maneira igualitária. Contudo, sabemos que grande parte da população brasileira,

apesar de seus direitos e necessidades, não tem uma moradia com acesso a todos esses equipamentos que permitem usufruir da infraestrutura e de mecanismos coletivos, tais como saneamento básico, transporte e outros recursos de consumo social.

A cidade é o cenário da construção de múltiplas possibilidades e constantes mutações que, segundo Penzim (2007), atingem todos os campos da existência humana. Por isso, considerando a realidade das cidades no que se refere aos enormes contingentes populacionais, podemos dizer que o ato de morar implica a ocupação de um espaço urbano, que pode se dar de diversas maneiras, regulares ou clandestinas, “pois não é possível viver sem ocupar espaço” (RODRIGUES, 2001, p. 11).

É cada vez menor o número de pessoas que moram em uma habitação regular em concordância com a lei urbanística e com acesso satisfatório a todos os recursos da cidade. Segundo Cunha, no Brasil mais de 80% das moradias foram construídas de formas irregulares através de obras de improviso nas quais, após ocupar ou adquirir um terreno, com o auxílio de parentes, vizinhos e até mesmo de um pedreiro conhecido, de posse dos materiais necessários, “em pouco tempo, o alicerce, as paredes, o teto (da casa) estão lá para abrigar o sonho do morador” (CUNHA, 2007, p. 22). Esse tipo de construção é muito comum nas favelas. Conti (1999) diz, com relação ao surgimento das favelas, que elas são resultado da aglomeração dos centros urbanos, principalmente nas periferias, dos assentamentos, das invasões e dos loteamentos irregulares, nos quais milhares de famílias passaram a viver em situação de risco e de extrema miséria.

Rolnik (1988) argumenta que essa realidade produz uma segregação do espaço urbano e exclui parte da população que, devido a fatores sociais, políticos e econômicos, não tem crédito necessário para adquirir uma casa em um terreno regular que satisfaça os padrões urbanos da cidade e, dessa forma, passam a ocupar áreas muitas vezes fora dos limites da cidade, forçando sua ampliação.

A necessidade de um espaço onde morar é responsável por essas e outras muitas expansões não planejadas e imprevistas pela cidade e por seus diversos atores sociais. São essas expansões que, consoantes à lição de Peluso (2003), obrigam a cidade a acolher aqueles que deveriam estar fora. Eles, por sua vez, apesar de suas moradias não se enquadrarem nos moldes da cidade e do restrito acesso aos seus mecanismos e à sua estrutura, passam a disputar um lugar para

habitar, pois “querem a casa como forma de se tornarem sujeitos e se inserirem no mundo urbano, como forma de superarem a exclusão a que sempre foram submetidos” (PELUSO, 2003, p. 126).

Dessa forma, mais do que a luta pela conquista da casa, os movimentos sociais por moradia defendem a criação de políticas públicas que permitam a implantação de mecanismos que viabilizem a promoção de cidades mais justas, igualitárias, autossustentáveis e comprometidas com a inclusão social e com a redução das desigualdades sociais, econômicas e espaciais.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa devido à abertura e à possibilidade de integração, que permitem a utilização da observação participante, com inserção do pesquisador no contexto da observação que é, nesse caso, o movimento habitacional de Ipatinga - MG.

Além disso, a pesquisa qualitativa permite a melhor compreensão do imaginário, e através dela, possibilita também a melhor observação e compreensão de comportamentos, auxiliando assim a entender a problemática e, conseqüentemente, a fornecer subsídios e estratégias mais eficazes frente à questão (MINAYO, 1992).

A pesquisa qualitativa é basicamente aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade. Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, trabalha com descrições, comparações e interpretações, o que permitiu à pesquisadora dirigir seu olhar para o processo de apropriação de conhecimento dos vários segmentos e categorias que estão inseridos nos ambientes onde a pesquisa foi realizada: o Mutirão 1º de Maio, implantado no bairro Bom Jardim em Ipatinga - MG; o Mutirão Bom Jardim II, em andamento, e o núcleo da Associação Habitacional de Ipatinga do bairro Bom Jardim.

3.2 Local de realização da pesquisa e público participante

A pesquisa foi realizada com famílias associadas ao movimento habitacional de Ipatinga - MG, que corresponde à Associação Habitacional de Ipatinga - AHI, entidade sem fins lucrativos que organiza os sem-casa do município. As observações participantes se deram nos três contextos situacionais da entidade: mutirão habitado (1º de Maio), mutirão em andamento (Bom Jardim III) e grupo de espera (núcleo do bairro Bom Jardim).

Em 2013, houve a seleção de 300 famílias para o novo empreendimento da AHI que será implantado no bairro Bom Jardim, denominado empreendimento Bom Jardim III, onde serão construídos 300 apartamentos com recursos do programa

Minha Casa, Minha Vida – Entidades. O empreendimento teve como entidade gestora dos recursos a Associação Habitacional de Ipatinga, que atualmente tem seu estatuto configurado como entidade regional.

Uma exigência do Programa MCMV é a execução de um PTTTS – Projeto de Trabalho Técnico Social – para o acompanhamento das famílias por uma técnica social durante o período de obras.

Entre as 300 famílias selecionadas e beneficiárias do empreendimento Bom Jardim III – em construção –, cinco participaram da pesquisa, respondendo ao questionário proposto.

A área onde serão construídas as unidades habitacionais está localizada no bairro Bom Jardim. Sua população foi contada pelo Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 19464 habitantes, sendo o quinto bairro mais populoso da cidade. Eram 9487 homens e 9977 mulheres.

Este bairro localiza-se na Regional VII da cidade de Ipatinga. Nele foram implantados quatro dos sete empreendimentos habitacionais promovidos pela Associação Habitacional de Ipatinga (AHI) que, juntos, totalizam 461 unidades habitacionais implantados em regime de mutirão. Entre esses empreendimentos que já foram implantados e são habitados, o Mutirão 1º de Maio, construído em 1992, foi escolhido para aplicação do questionário em cinco de seus moradores.

Também no bairro Bom Jardim encontra-se o maior núcleo (grupo de espera pela moradia) da AHI. O grupo tem reuniões uma vez por mês e conta com cerca de 600 famílias participantes assíduas. Entre elas, cinco foram selecionadas e aceitaram participar da pesquisa, respondendo ao questionário proposto.

Portanto, a pesquisa foi realizada com 15 pessoas associadas à Associação Habitacional de Ipatinga – AHI –, sendo 5 participantes do grupo de espera (núcleo) do bairro Bom Jardim, 5 beneficiárias do Programa Minha Casa, Minha Vida – Mutirão Bom Jardim III –, em andamento, e 5 moradoras do Mutirão 1º de Maio, também no bairro Bom Jardim.

Quanto ao critério seleção, foram escolhidos participantes da pesquisa de ambos os sexos entre os associados com mais de 2 anos de ligação com o movimento, considerando o mutirão habitado. Foi observado o quesito de que beneficiário ainda mantivesse vínculo com a entidade.

A coleta de dados e a entrevista aos participantes selecionados para a pesquisa se deu mediante a assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido elaborado especificamente para este estudo.

3.3 Procedimento

O procedimento adotado foi o da pesquisa participante, visto que houve interação entre a pesquisadora e os grupos investigados. O grande objetivo aqui é aprofundar os conhecimentos sobre o movimento habitacional de Ipatinga, em busca de oferecer, quem sabe, novos subsídios que possam corroborar para os estudos acerca dos movimentos sociais, que são objeto de pesquisa em diversas correntes científicas.

Foi construído e utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, visando apreender as seguintes categorias: as representações e os significados construídos e compartilhados entre os participantes do movimento habitacional de Ipatinga que possam evidenciar noções de exercício da cidadania, expressar noções de pertencimento e/ou identificação com o movimento social em questão ou mesmo demonstrar noções de que a casa é um direito do cidadão.

Nós realizamos o trabalho de campo a fim de proceder à coleta de dados, em busca de narrações, ilustrações, situações e fatos que contribuíssem para verificar, ainda que parcialmente, a trajetória de luta pela cidadania e pelo direito à moradia através da AHI, no município de Ipatinga, em Minas Gerais.

Em seguida, foram separados os dados considerando os três contextos situacionais dos associados à AHI – grupo de espera (núcleo do bairro Bom Jardim), mutirão em andamento (Bom Jardim III) e o pós-morar (mutirão habitacional 1º de Maio), todos situados no bairro Bom Jardim, no município de Ipatinga – MG.

Com os dados devidamente organizados em categorias, dispostas em cada uma das questões propostas, foi então realizada a comparação dos dados considerando os três grupos da AHI, o que nos permitiu verificar as hipóteses pré-estabelecidas e alcançar os objetivos propostos neste trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Apresentação dos dados obtidos

A apresentação dos dados diz respeito ao resultado proveniente das entrevistas realizadas com quinze participantes dos três grupos da AHI, sendo 5 participantes do grupo de espera – Núcleo do bairro Bom Jardim, em Ipatinga-MG –, 5 participantes beneficiários do mutirão em andamento – empreendimento Bom Jardim III, em Ipatinga - MG – e 5 moradores do Mutirão 1º de maio, do bairro Bom Jardim, em Ipatinga - MG.

4.1.1 Estudo realizado no grupo de espera (núcleo) da AHI

A AHI possui grupos de espera em onze bairros da cidade de Ipatinga. Cada núcleo tem uma equipe de coordenação composta por quatro a cinco membros. As reuniões acontecem uma vez ao mês. Nelas, as famílias que já participam da entidade são informadas sobre os programas habitacionais e também participam de palestras e debates. As famílias que chegam ao grupo pela primeira vez são acolhidas e convidadas a fazerem um período de experiência, antes de serem encaminhadas à sede da AHI, localizada no Centro da cidade, para fazer o cadastro de associado.

A entrevista e a observação participante aconteceram no grupo de espera do bairro Bom Jardim, em Ipatinga - MG. A pesquisadora participou da reunião e aplicou o roteiro de entrevista semiestruturado (vide anexo) em cinco pessoas.

Tabela 1 – Participantes do grupo de espera (núcleo do bairro Bom Jardim)

SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	RENDA FAMILIAR
Masculino	67	2º grau incompleto	Casado	02	R\$ 1.600,00
Masculino	46	Fundamental completo	Casado	01	R\$ 1.200,00
Feminino	34	2º grau incompleto	Solteira	01	R\$ 1.100,00
Masculino	52	Fundamental completo	Casado	02	R\$ 1.800,00
Feminino	43	Fundamental completo	Casada	02	R\$ 724,00

Fonte: Elaborada pela autora

A tabela acima demonstra o perfil dos participantes do grupo de espera (núcleo) do bairro Bom Jardim, em Ipatinga - MG, considerando aspectos como sexo, idade, escolaridade, estado civil, número de filhos e renda familiar.

4.1.2 Estudo realizado no mutirão do Bom Jardim III (em andamento)

Para a pesquisa com os beneficiários do mutirão em andamento foi escolhido o empreendimento Bom Jardim III, que está sendo realizado no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida- Entidades.

Aos sábados, representantes das famílias beneficiadas (300 famílias) participam das atividades do Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS. Dentro do trabalho social são promovidas palestras, dinâmicas de grupo, passeios interativos e diversas oficinas de artes.

Todo o trabalho do mutirão, as decisões e as propostas são referendados e aprovados em assembleia geral, com a participação de representantes das 300 famílias, sendo que cada um tem direito a voz e voto.

Há também um “Regulamento de Obras” no qual constam as diretrizes e normas que regem o mutirão. Ao término das obras, as famílias que obtêm mais horas trabalhadas e melhor participação recebem a preferência na escolha da sua casa, ou, nesse caso, de seu apartamento. Neste grupo, foram realizadas entrevistas com 5 beneficiários.

Tabela 2 – Beneficiários do mutirão em construção (Bom Jardim III)

SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	RENDA FAMILIAR
Feminino	35	2º grau completo	Casada	02	R\$ 724,00
Feminino	46	Fundamental completo	Solteira	02	R\$ 700,00
Masculino	64	Fundamental completo	Casado	03	R\$ 1.800,00
Feminino	31	Superior incompleto	Solteira	01	R\$ 724,00
Masculino	47	2º grau incompleto	Casado	02	R\$ 724,00

Fonte: Elaborada pela autora

A tabela acima demonstra o perfil dos participantes do Mutirão Bom Jardim III, em construção pela AHI no bairro Bom Jardim, em Ipatinga - MG, considerando aspectos como sexo, idade, escolaridade, estado civil, número de filhos e renda familiar.

4.1.3 Estudo realizado no Mutirão 1º de Maio (pós-morar)

O Mutirão 1º de Maio foi o quarto mutirão construído em Ipatinga pela AHI. É considerado o mutirão mais bem sucedido da entidade por ter lhe proporcionado reconhecimento quanto à eficácia na construção de habitações populares em regime de mutirão por autogestão.

Tal reconhecimento se deu pelo fato de que no projeto inicial constava a construção de 200 unidades habitacionais de 39m² cada, mas com a organização e a participação popular, ao final da obra foram entregues 201 casas de 79m². Foi registrado o metro quadrado mais barato da América Latina, ficando comprovado que o mutirão por autogestão é uma alternativa barata na construção de moradia digna e de qualidade.

Segundo informações da direção da AHI, muitas pessoas, ao receberem as chaves da casa própria, deixaram de participar do movimento habitacional, perdendo assim o vínculo com a entidade.

Para obedecer ao critério de que os entrevistados fossem associados à AHI, foi realizada consulta ao cadastro de associados à entidade, sendo aí selecionadas pessoas residentes no Mutirão 1º de Maio onde se concentra um grande número de pessoas que mantêm vínculo com a entidade, mesmo após conseguirem a casa própria.

Tabela 3 – Moradores do mutirão 1º de Maio (bairro Bom Jardim)

SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	RENDA FAMILIAR
Feminino	47	2º grau incompleto	Divorciada	01	R\$ 1.100,00
Feminino	43	Superior completo	Solteira	01	R\$ 1.600,00
Feminino	45	Superior completo	Amasiada	01	R\$ 2.000,00
Feminino	42	Superior completo	Amasiada	0	R\$ 1.500,00
Feminino	36	2º grau incompleto	Amasiada	02	R\$ 724,00

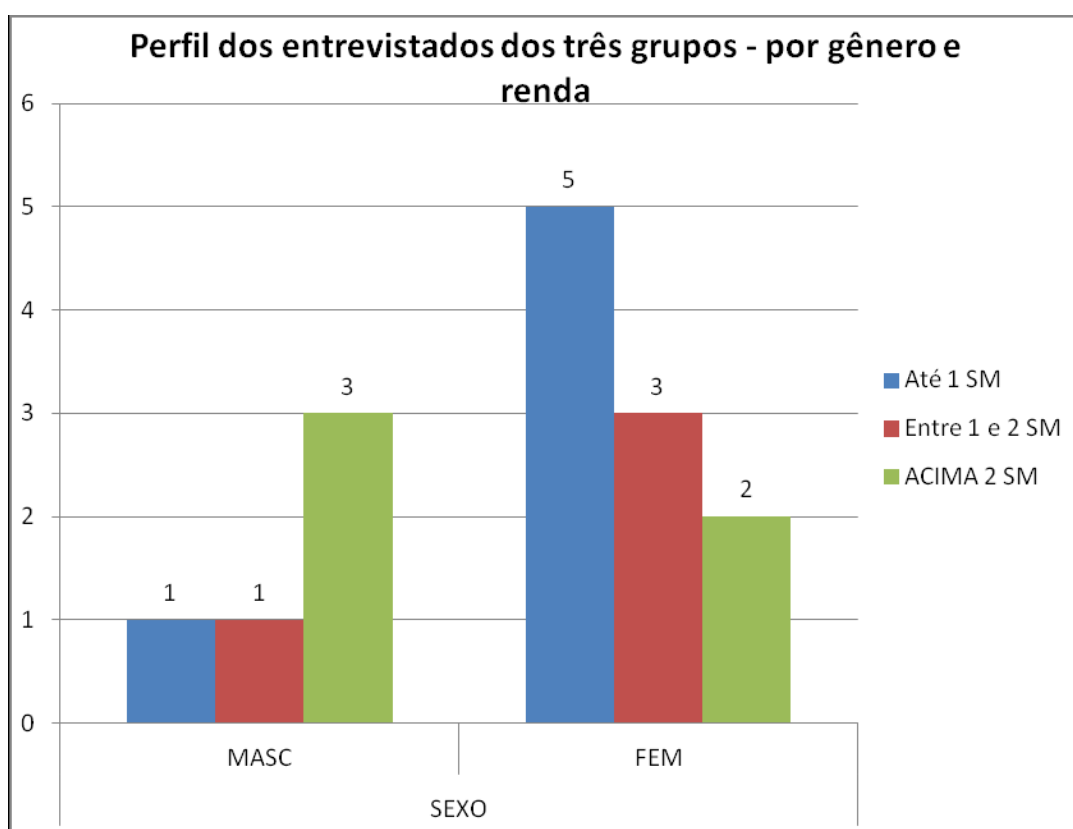
Fonte: Elaborada pela autora

A tabela acima demonstra o perfil dos moradores do Mutirão 1º de Maio, construído pela AHI no bairro Bom Jardim, em Ipatinga - MG, considerando aspectos como sexo, idade, escolaridade, estado civil, número de filhos e renda familiar.

4.2 Discussão dos resultados obtidos a partir do perfil socioeconômico e cultural dos entrevistados

O roteiro de entrevista semiestruturado, visando verificar o perfil socioeconômico e cultural dos participantes do movimento habitacional de Ipatinga - AHI, - foi aplicado de forma aleatória nos participantes, considerando como campo de aplicação da pesquisa o grupo de espera (núcleo da AHI), o mutirão em andamento (Bom Jardim III) e o pós-morar (mutirão habitacional 1º de Maio), todos situados no bairro Bom Jardim, no município de Ipatinga - MG.

GRÁFICO 1: Perfil dos entrevistados dos três grupos - por gênero e renda

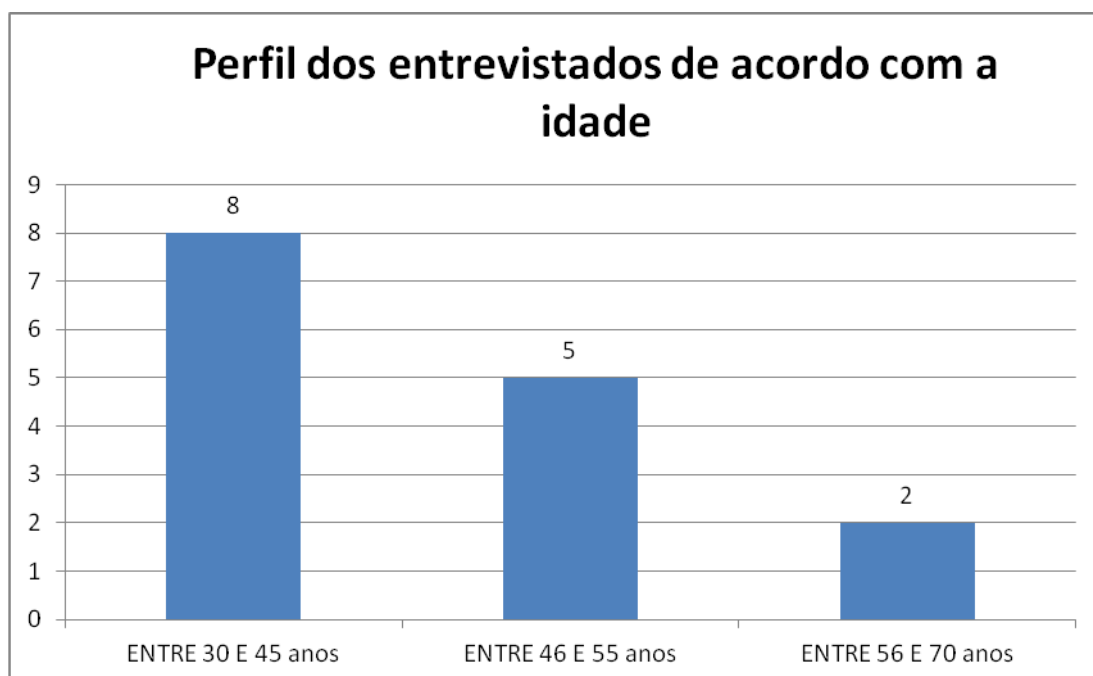


Fonte: Elaborado pela autora

Observamos que o gráfico de barras acima demonstra o perfil dos beneficiários entrevistados dos três grupos. Podemos observar que, entre os entrevistados do sexo masculino, uma pessoa declarou renda familiar até 1 SM, uma pessoa declarou ter renda familiar entre 1 SM e 2 SM e três pessoas declararam renda familiar acima de 2 SM.

Observamos ainda que, entre os entrevistados do sexo feminino, cinco pessoas declararam renda familiar até 1 SM, três pessoas declararam ter renda familiar entre 1 SM e 2 SM e duas pessoas declararam renda familiar acima de 2SM.

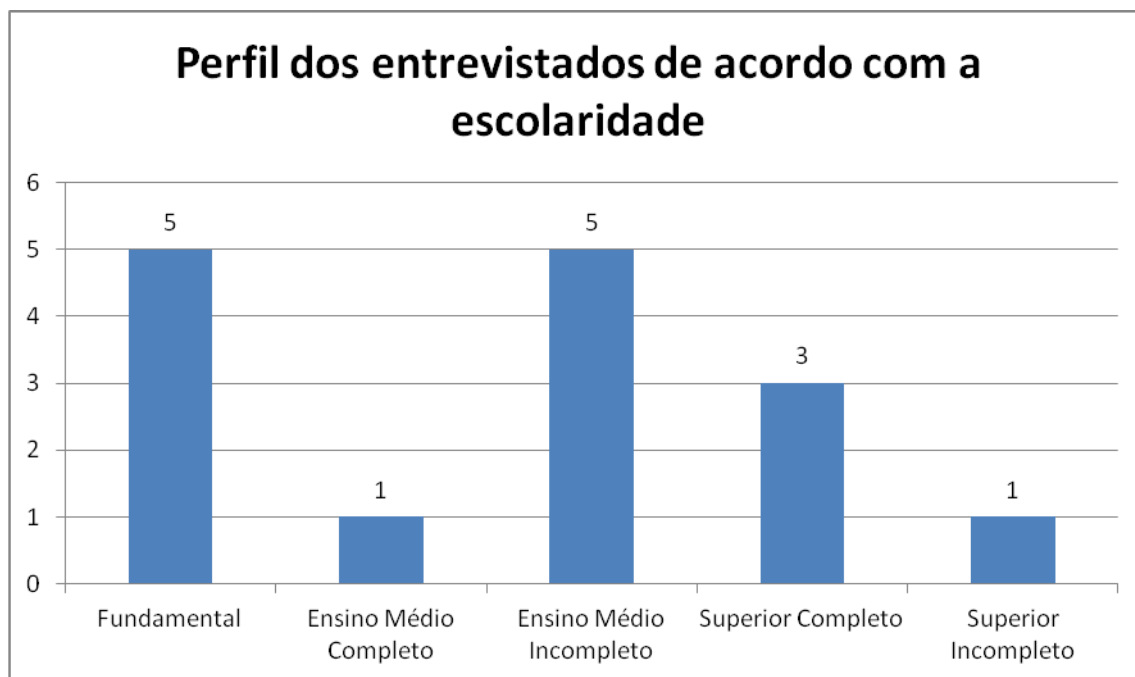
GRÁFICO 2: Perfil dos entrevistados de acordo com a idade



Fonte: Elaborado pela autora

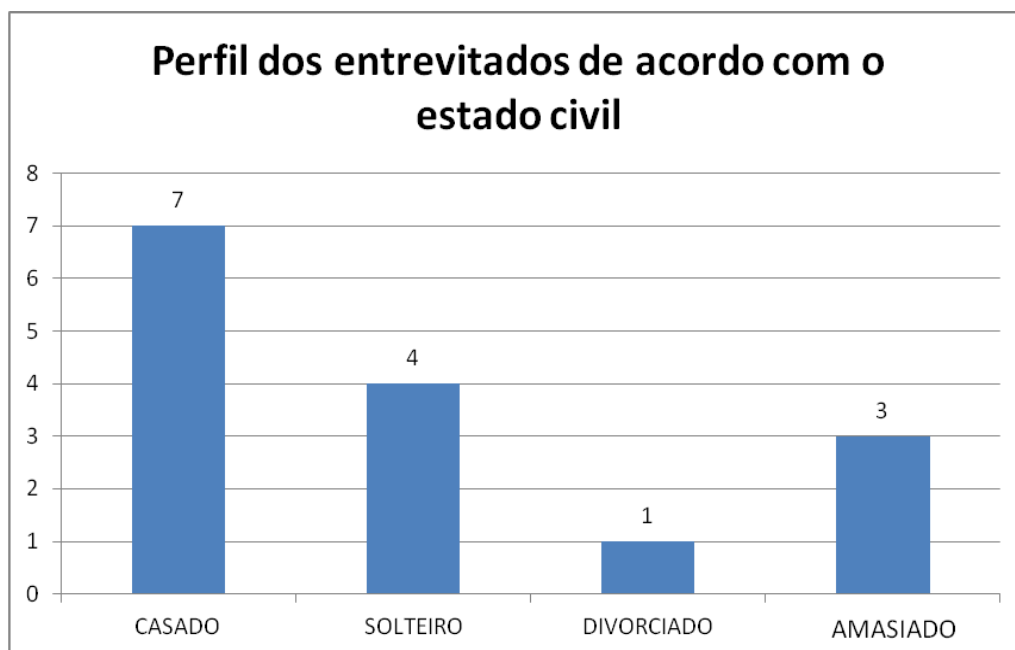
Observamos que o gráfico de barras acima demonstra a idade dos entrevistados compreendidos entre o grupo três grupos. Podemos observar que oito dos entrevistados têm idade compreendida entre 30 e 45 anos. Cinco têm idade compreendida entre 46 e 55 anos e dois têm idade compreendida entre 56 e 70 anos.

GRÁFICO 3: Perfil dos entrevistados de acordo com o nível de escolaridade



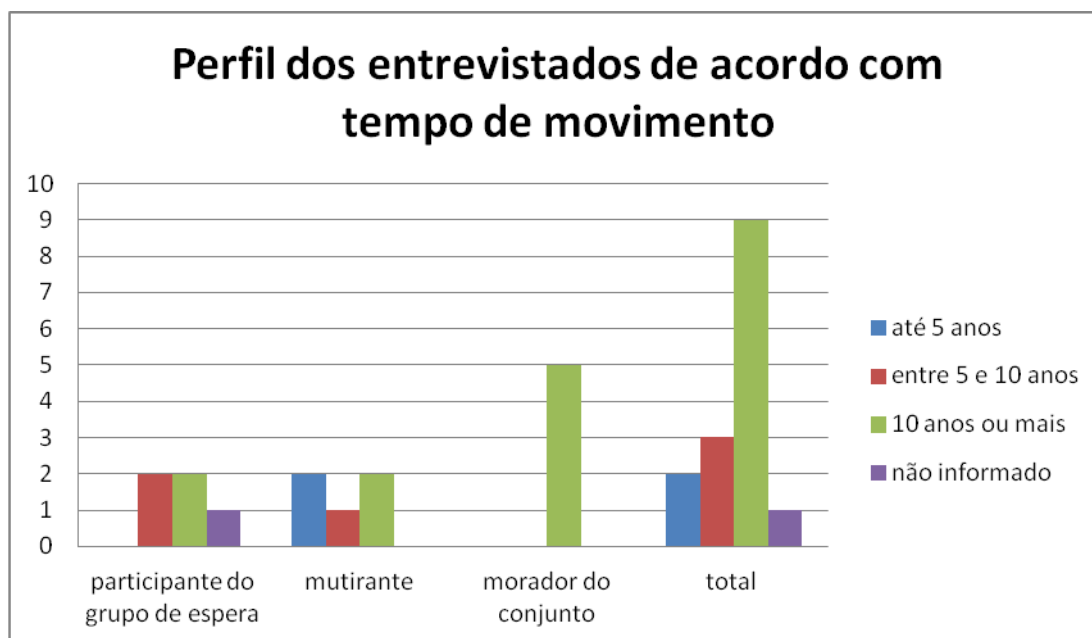
Fonte: Elaborado pela autora

Observamos que o gráfico de barras acima demonstra o grau de escolaridade dos entrevistados. Podemos observar que, entre os quinze entrevistados, cinco possuem ensino fundamental, um possui ensino médio completo, cinco possuem ensino médio incompleto, três possuem ensino superior completo e um possui ensino superior incompleto.

GRÁFICO 4: Perfil dos entrevistados de acordo com o estado civil

Fonte: Elaborado pela autora

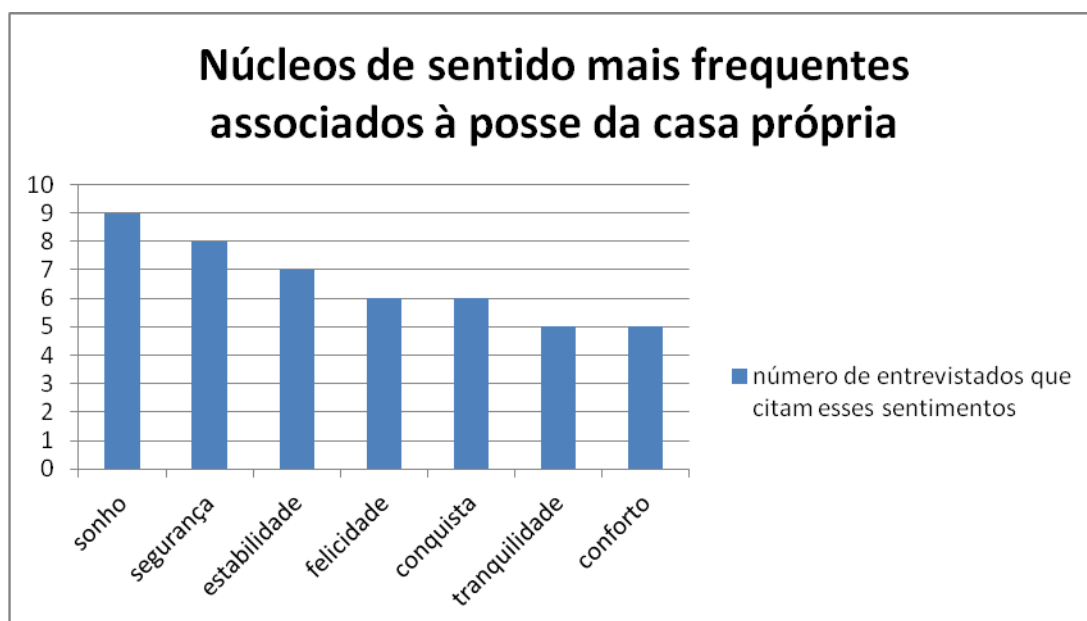
Observamos que o gráfico de barras acima demonstra o estado civil dos entrevistados. Podemos observar que, entre os quinze entrevistados, há sete pessoas casadas, quatro pessoas solteiras, uma pessoa divorciada e três entrevistadas são amasiadas.

GRÁFICO 5: Perfil dos entrevistados de acordo com o tempo de movimento

Fonte: Elaborado pela autora

Observamos que o gráfico de barras acima demonstra o tempo de participação no movimento habitacional dos entrevistados. Podemos observar que, entre os cinco entrevistados que participam do grupo de espera, dois têm tempo de participação no movimento compreendidos entre 5 e 10 anos, dois têm tempo de participação de 10 ou mais anos e um não informou tempo de participação. Entre os cinco entrevistados que participam do mutirão em andamento, dois têm tempo de participação de até 5 anos, um têm tempo de participação no movimento compreendidos entre 5 e 10 anos, dois têm tempo de participação de 10 ou mais anos e um não informou tempo de participação. Finalmente, entre os cinco entrevistados que participam do mutirão habitado, todos afirmam possuírem tempo de participação de 10 ou mais anos. Assim podemos verificar que os moradores do conjunto habitado possuem maior tempo de participação no movimento habitacional de Ipatinga. Tendo em vista que apesar de terem sido contemplados com a moradia própria, os entrevistados permanecem filiados e participantes do movimento habitacional (Associação Habitacional de Ipatinga).

GRÁFICO 6: Núcleos de sentido mais frequentes associados à posse da casa própria



Fonte: Elaborado pela autora

Através do gráfico de barras acima é possível verificarmos os sentidos mais frequentes associados à posse da casa própria expressado pelos entrevistados. É importante ressaltarmos aqui que cada um dos quinze entrevistados, compreendidos

entre participantes do grupo de espera, participantes do mutirão em andamento e moradores do mutirão habitado, expressaram dois ou mais sentidos referentes à posse da casa própria. Podemos observar no gráfico acima que nove dos entrevistados associam a posse da casa própria ao sentido de sonho; oito ao sentido de segurança; sete ao sentido de estabilidade; seis ao sentido de felicidade; seis ao sentido de conquista; cinco ao sentido de estabilidade e cinco ao sentido de conforto.

GRÁFICO 7: Núcleos de sentido mais frequentes associados à não posse da casa própria

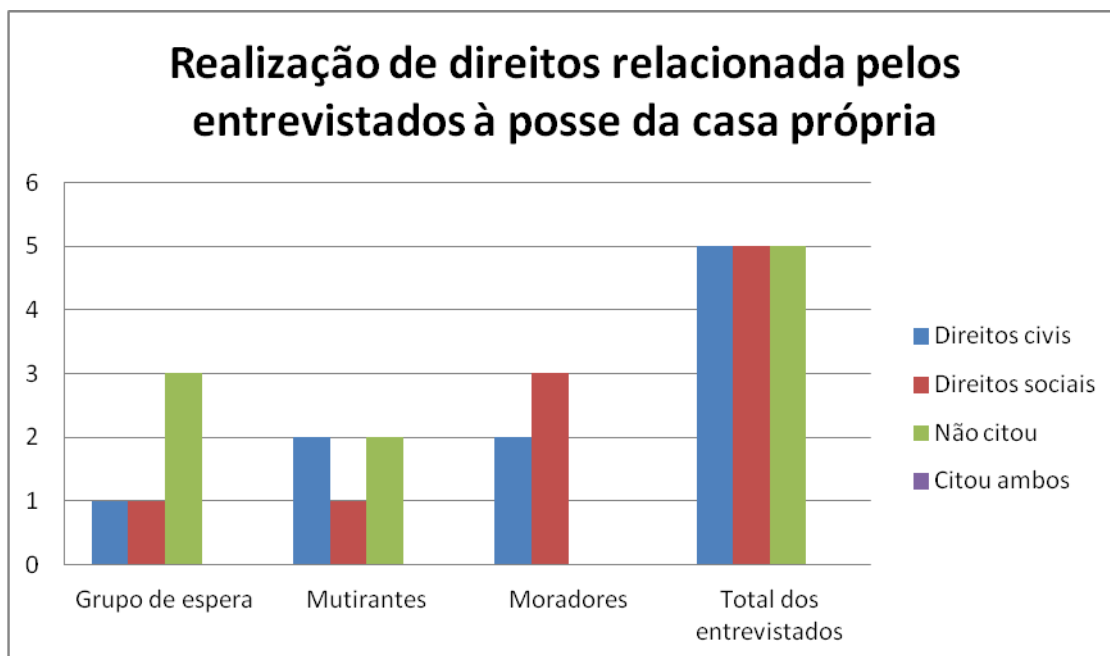


Fonte: Elaborado pela autora

Por outro lado, o gráfico de barras acima nos mostra os sentidos mais frequentes associados a não posse da casa própria, expressados pelos entrevistados. É importante ressaltarmos aqui que cada um dos quinze entrevistados, compreendidos entre participantes do grupo de espera, participantes do mutirão em andamento e moradores do mutirão habitado, expressaram dois ou mais sentidos referentes a não posse da casa própria. Podemos assim observar no gráfico acima que cinco dos entrevistados associam a não posse da casa própria ao sentido de instabilidade; cinco ao sentido de instabilidade financeira; quatro ao sentido de “dinheiro que vai” (e não volta); dois ao sentido de humilhação; dois ao

sentido de discriminação; dois ao sentido de endereço provisório; dois ao sentido de dependência e por fim, dois ao sentido de falta de liberdade.

GRÁFICO 8: Realização de direitos relacionada pelos entrevistados quanto à posse da casa própria



Fonte: Elaborado pela autora

Observamos que o gráfico de barras acima demonstra a realização de direitos relacionada pelos entrevistados quanto à posse da casa própria. Podemos verificar que dentre os cinco entrevistados que participam do grupo de espera, um considera que a posse da casa própria está relacionada a direitos civis, um considera que está relacionada a direitos sociais e três não citaram.

Dentre os cinco entrevistados que participam mutirão em andamento, verificamos que dois consideram que a posse da casa própria está relacionada a direitos civis, um considera que está relacionada a direitos sociais e dois não citaram.

Quanto aos cinco entrevistados que participam mutirão habitado, verificamos que dois consideram que a posse da casa própria está relacionada a direitos civis e três consideram.

GRÁFICO 9: Tipo de recrutamento para o movimento

Fonte: Elaborado pela autora

No gráfico acima, quanto ao tipo de recrutamento para participação no movimento habitacional de Ipatinga (AHI) considerando os quinze entrevistados, compreendidos entre participantes do grupo de espera, participantes do mutirão em andamento e moradores do mutirão habitado, observamos que 33% dos entrevistados não citou a forma de recrutamento. 27% dos entrevistados declararam recrutamento familiar (através de algum membro do grupo familiar) e 40% dos entrevistados declararam recrutamento comunitário (através de algum membro do convívio comunitário: vizinho, colega de trabalho, irmão de igreja).

5.2 Discussão dos resultados obtidos a partir das respostas

A partir do questionário semiestruturado proposto aos entrevistados compreendidos nos três grupos, foram apresentadas cinco questões com o objetivo de apreender as seguintes categorias: as representações e os significados construídos e compartilhados entre os participantes do movimento habitacional de Ipatinga que possam evidenciar noções de exercício da cidadania, expressar noções de pertencimento e/ou identificação com o movimento social em questão ou mesmo demonstrar noções de que a casa é um direito do cidadão.

Ao propormos as questões: 1) Conte um pouco sobre sua trajetória. Como Você chegou até a AHI?, 2) Como é para você participar de um movimento de luta por moradia? Você acha que vale a pena? Por quê?, 3) Para você o que é a casa própria?, 4) Como é para você não ter casa própria? e 5) Como é para você ter casa própria; tivemos como objetivo verificar quais são as relações estabelecidas a partir do ingresso na AHI e se o objetivo pessoal – ter moradia própria – e se o objetivo pessoal - ter moradia própria - ultrapassa o âmbito individual e se torna um objetivo coletivo - o de compartilhar a luta pela moradia popular dentro do movimento.

As respostas obtidas indicam que os fatores que motivaram a participação dos entrevistados no movimento de moradia variam. Há entrevistados que receberam indicação de alguém do convívio pessoal; outros tiveram alguma experiência pessoal (direta ou indireta) com a entidade e outros, ainda, ouviram falar sobre a AHI e sobre suas reuniões realizadas com os sem-casa do município.

Observamos que os sentidos manifestos relativos à posse ou não de uma casa própria traduzem sentimentos e adjetivos que atribuem à casa própria significados de segurança, estabilidade, conforto, liberdade e cidadania. Por outro lado, os significados atribuídos ao fato de não se ter casa própria são traduzidos por sentimentos de instabilidade, desassossego, humilhação e insegurança, entre outros.

Percebemos que muitos dos entrevistados estabelecem relação direta entre cidadania e moradia, entendendo a posse da casa própria como um instrumento de realização de direitos civis como, por exemplo, a posse de um bem imóvel, a liberdade de estar em uma propriedade e o acesso a um direito constitucional. Eles também relacionam de forma direta a posse da casa própria à realização de direitos sociais, como o acesso à educação, a melhoria da qualidade de vida, a dignidade e o melhor convívio social.

5 CONCLUSÃO

O estudo realizado dentro do movimento habitacional de Ipatinga - MG (AHI) tentou enfatizar a importância do movimento social na promoção de um direito constitucionalmente garantido a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros.

Entretanto, considerando o fato de que milhares de pessoas ainda não têm moradia própria, a atuação dos movimentos de luta por moradia no cenário nacional, em especial, no município de Ipatinga - MG, percebemos que a discussão sobre moradia permanecerá no cerne da concepção de cidadania e dos direitos nela implicados.

Ao verificarmos os resultados obtidos, concluímos que as motivações que levam à participação em um movimento de luta pela moradia perpassa o desejo de obter uma casa própria e adentram as esferas relacionadas à promoção da dignidade, à luta pela igualdade e à defesa do direito democrático de ser cidadão.

Podemos assim concluir que dentre os quinze entrevistados compreendidos entre participantes do grupo de espera, participantes do mutirão em andamento e moradores do mutirão habitado, cinco consideram que a posse da casa própria está relacionada a direitos civis (liberalismo clássico, direito à privacidade, à propriedade, dentre outros). Cinco consideram que está relacionada a direitos sociais (direito à educação, à moradia, à saúde, à dignidade). E cinco não fazem menção a estes direitos.

Então podemos constatar que dez dos quinze entrevistados relacionam o ter casa própria a ter direitos demonstrando uma relação entre moradia e cidadania, como se o ter moradia própria lhes garantisse a promoção do status de cidadão.

Nossa opinião é de que a realização do presente trabalho dentro do movimento habitacional de Ipatinga - MG (AHI) fornecerá novos subsídios para a ampliação dos horizontes nas diversas lutas pela moradia popular travadas nos quatro cantos deste país. Além de contribuir, também, com outras lutas sociais, que são igualmente importantes e essenciais para a consolidação de uma sociedade justa e democrática.

Não há dúvidas de que os mutirões habitacionais são uma alternativa eficaz na busca de solucionar a falta de moradia. Mas o que fazer após a conquista da

casa própria? Como se comportam essas comunidades que surgem ao término dos mutirões habitacionais?

Observamos no movimento habitacional de Ipatinga (AHI) que os entrevistados (5) moradores do conjunto habitacional 1º de maio no bairro Bom Jardim, construído em 1993, permanecem acompanhando as atividades do movimento habitacional.

A partir da realização deste trabalho, da participação em diversos encontros no âmbito nacional e do contato com os movimentos por moradia, foi possível verificar que há poucas produções, estudos e mesmo intervenções da Psicologia no que se refere à questão social do déficit habitacional e da atuação do movimento de luta por moradia popular.

Portanto, a realização deste trabalho leva-nos à conclusão de que a atual conjuntura da política habitacional do país é caracterizada por uma dinâmica da participação popular junto ao poder público na busca da superação do déficit habitacional e que muito se fala em “habitação de interesse social” e de “função social das cidades”. Acreditamos, por isso, que o cenário atual permite infinitas possibilidades de pesquisa e atuação dentro das variadas vertentes das ciências políticas e sociais. De fato, elas são compostas por diversos campos de saberes, têm como objeto de estudo o homem - seu comportamento e suas diversas relações com o meio - e, apesar de serem ciências relativamente jovens e de ainda serem vistas por muitos como “ciências do subjetivo”, vêm ampliando seus horizontes e conquistando novos espaços junto às diversas “ciências exatas”, comprovando que, onde houver pessoas, haverá espaço para novas conquistas e infinitas possibilidades.

REFERÊNCIAS

ABIKO, A. K. Gestão habitacional e mutirão. In: ABIKO, A.; ALBIERI, L. *Mutirão habitacional*. São Paulo: Epusp, 1996.

ANASTASIA, Fátima; NUNES, F.. A Reforma da Representação. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. (Org.). *Reforma Política no Brasil*. 1 ed. Brasília / Belo Horizonte: PNUD / Editora UFMG, 2006.

AVRITZER, Leonardo. *Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil*. Texto para discussão. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: http://www.consocial.cgu.gov.br/uploads/biblioteca_arquivos/274/arquivo_f4176c9563.pdf

_____. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, pp. 443 a 464. Disponível em <http://www.scielo.br>.

_____ e SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para ampliar o cânone democrático*. Disponível em: www.eurozine.com.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BOLAFFI, Gabriel. A Casa das Ilusões Perdidas: aspectos socio-econômicos do Plano Nacional de Habitação. In: *Cadernos CEBRAP*, nº 27. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP/Editora 34, 2000.

CONTI, A. *A experiência da autogestão em Ipatinga: uma busca pelo conceito*. 1999. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Núcleo de Pós-Graduação em

Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CUNHA, E. M. P. *Experiências em habitação de interesse social no Brasil*. Caderno do Ministério das Cidades. Brasília, 2007.

DA MATTA, Roberto. 1987, *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara,

DALLARI, Pedro B. de Abreu. *Institucionalização da participação popular nos municípios brasileiros*. Instituto Brasileiro de Administração Pública, Caderno n. 1, p. 13-51, 1996.

DINIZ, Debora; MUNHOZ, Ana Terra Mejia. Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica. *Argumentum*, Vitória (ES), ano 3, n. 3, v. 1, p.11-28, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/1430/1161>.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. In: *Cadernos de Pesquisa*. n.115, São Paulo, mar. 2002

ENGELS, Friedrich. *A origem da família: da propriedade privada e do Estado*. 3ª Edição. São Paulo: Global, 1978.

GOMES, Ana Maria Rabelo; FARIA, Eliene Lopes; BERGO, Renata Silva. Sobre o projeto e o processo de pesquisa na elaboração de monografias. In: GOMES, Ana Maria Rabelo et. al. *Metodologias e participação*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. Série Espaço & Debate. 3. ed., São Paulo: Atual Editora, 1997.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Editora Hucitec. São Paulo, 2004.

PENZIM, A. M. B. *Habitação Social e Modos de Vida: narrativas sobre a casa e o morar*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: 9ª Edição. Editora Contexto, 2001.

ROLNIK, Raquel. *O Que É Cidade*. Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

VALLADARES, L. *Políticas alternativas de habitação popular*. São Paulo, v. 5, n. 16, p. 33-51: Espaço & Debates, 1985.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e/no Estado: Nexos para uma política emancipatória. Ciclo de Seminários “Movimentos Sociais e Democratização do Estado”, Secretaria Geral da Presidência da República, 2012.

VASCONCELOS, N. A. Qualidade de Vida e Habitação. In: CAMPOS, R. A. F. *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2002.

_____. Participação e controle social. *Cadernos MCidades*. Vol. 2, Brasília, 2004.

GLOSSÁRIO

Mutirão habitacional: É a participação direta da comunidade na obra. Os futuros moradores se organizam nos finais de semana, conforme regulamento de obras pré-estabelecido e aprovado em assembleia geral, para atuarem em sistema de “ajuda mútua” na construção das casas. Há vários tipos de mutirões habitacionais, mas, especificamente no caso da AHI, os mutirões são promovidos por autogestão e há também o Mutirão Social, no qual a obra propriamente dita é feita através da contratação de empresas e os moradores se responsabilizam por pequenas tarefas e pelas atividades de integração e capacitação – é o caso do 7º mutirão promovido pela AHI, que acontece aos sábados.

Mutirantes: Termo utilizado dentro do movimento habitacional para designar os futuros moradores que atuam diretamente na construção de suas casas em regime de mutirão por autogestão.

Regulamento de Obras: O Regulamento de Obras consiste em um conjunto de normas técnicas e morais que regem o mutirão habitacional e que deve ser observado por todos os participantes do mutirão: equipe técnica da AHI, mutirantes, voluntários e todos que participem diretamente do mutirão. O documento é elaborado pela equipe técnica e pela direção da AHI antes do início das atividades de mutirão, e posteriormente, referendado e aprovado, ou não, em assembleia geral com todos os beneficiários/mutirantes que participarão do mutirão habitacional.

Autogestão: Tal sistema consiste basicamente no controle e na administração dos recursos destinados às obras pela entidade e pelos mutirantes. Os modelos de mutirões habitacionais construído como experiências autogestionárias de moradia observam o sentido coletivo, ou seja, as famílias participam de maneira democrática, através de votações em assembleias gerais, e acompanham como gestoras todo o processo de obra, do início à entrega.

Programa Crédito Solidário - PCS: O Programa Crédito Solidário é um programa habitacional do Governo Federal, criado após demanda apresentada pelas entidades nacionais dos movimentos sociais de luta por moradia frente à ausência de projetos habitacionais que atendessem famílias de baixa renda. O PCS se diferenciava por ser voltado ao cooperativismo e associativismo, fortalecendo as práticas da autogestão e da organização popular.